

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

Giulya Matos Vasconcellos

**Projeto de 50 anos do Jornal Nacional: sotaques e preconceito linguístico na
construção de uma ideia de nação**

Monografia

Mariana
2023

Giulya Matos Vasconcellos

Projeto de 50 anos do Jornal Nacional: sotaques e preconceito linguístico na construção de uma ideia de nação

Monografia apresentada ao curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca

Mariana
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V331p Vasconcellos, Giulya Matos.
Projeto de 50 anos do Jornal Nacional sotaques e preconceito linguístico na construção de uma ideia de nação. [manuscrito] / Giulya Matos Vasconcellos. - 2023.
83 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Jornalismo - Brasil. 2. Preconceitos na comunicação de massa. 3. Telejornalismo - Brasil. 4. TV Globo. I. Fonseca, Maria Gislene Carvalho. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 659.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Giulya Matos Vasconcellos

**Projeto de 50 anos do Jornal Nacional:
sotaques e preconceito linguístico na construção de uma ideia de nação**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Aprovada em 28 de agosto de 2023.

Membros da banca

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca - Orientadora - Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Profa. Dra. Lara Linhalis - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Fabíola Carolina de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Fernando Jauregui Pinto, COORDENADOR(A) DE CURSO DE JORNALISMO**, em 12/09/2023, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0587558** e o código CRC **2A13E873**.

RESUMO

Este trabalho discute as tendências de padronização da fala dos jornalistas brasileiros por meio do apagamento de marcas de sotaque que compõem suas identidades, a partir do Especial Jornal Nacional 50 anos. Os principais conceitos abordados na discussão são preconceito linguístico (Bagno, 2007), estereótipos e representações (Goffman, 2002), identidade nacional (Hall, 2003) e a ideia de nação como comunidade imaginada (Anderson, 2005), visando entender no que se baseia o preconceito linguístico, como a ideia de nação e a busca de uma identidade nacional homogênea geram as tendências padronizadoras e qual é o papel dos estereótipos e das representações na construção da ideia de nação. A partir disso, realizamos uma análise do encontro entre os modos de endereçamento do Especial e a recepção do público por meio de comentários do Twitter sobre a programação. O objetivo da análise é entender de que modo a programação que prometeu inserir apresentadores de todos os estados brasileiros na bancada do telejornal contribuiu para desestabilizar o que os manuais de locução definem como regra. Para isso, foram definidas quatro categorias de análise: a presença de marcas de sotaques na apresentação do Especial, as limitações de representatividade na dinâmica do Especial, os estereótipos reproduzidos da condução dos programas e os desdobramentos. As conclusões do trabalho indicam que os programas não mostraram os sotaques em suas totalidades, que o Especial apresenta algumas limitações de representatividade, que alguns estereótipos foram reproduzidos e que, apesar de a proposta ter rompido alguns paradigmas da emissora, ainda há muito a fazer para mudar essa realidade.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico; Jornal Nacional; Especial JN 50 anos; Modos de Endereçamento.

ABSTRACT

This paper discusses the tendencies of standardization of the speech of Brazilian journalists by the erasure of accent marks that are part of their identities. The main concepts addressed in the discussion are linguistic prejudice (Bagno, 2007), stereotypes and representations (Goffman, 2002), national identity (Hall, 2003) and the idea of the nation as an imagined community (Anderson, 2005), aiming to understand what linguistic prejudice is based on, how both the idea of nation and the search for a homogeneous national identity generate the standardizing tendencies and what is the role of stereotypes and representations in the construction of the idea of nation. From this, an analysis was made of the meeting between the mode of address of Rede Globo's Special of 50 Years of the Jornal Nacional and the reception of the public through Twitter comments about the special television schedule. The objective of the analysis is to understand how the execution of the proposal that promised to insert journalists from all Brazilian states on the newsstand contributes to destabilizing what journalism manuals define as a norm. For this, four categories of analysis were defined: the presence of journalists' accents marks in the presentation of the Special, the limitations of representativeness in the dynamics of the Special, the stereotypes reproduced during the Special and its developments. The conclusions of the study indicate that the episodes did not show the accents in their entirety, that the Special has some limitations of representativity, that some stereotypes were reproduced and that, although the proposal has broken some paradigms of the station, there is still much to do to change this reality.

Keywords: Linguistic Prejudice, Jornal Nacional, Special JN 50 years, mode of address.

AGRADECIMENTOS

A etapa que aqui encerro se revelou a mais desafiadora e complexa da minha vida até o momento, mas, também a que mais encheu minha bagagem de conhecimento, memórias, e novas experiências. Viver a universidade estando longe de casa, da família e dos amigos não só nos obriga a lidar com a saudade, as diferenças e nossas vulnerabilidades, que gritam a todo momento nas atividades mais cotidianas, mas nos faz um convite para o autoconhecimento e a expansão da visão particular de mundo e das pessoas no geral.

Entre aqueles que me cercam, deixo meu mais especial agradecimento ao meu pai Alessandro Vasconcellos e minha mãe Michele Matos. É graças aos esforços deles voltados ao investimento na minha educação que serei, agora, a primeira pessoa da família a ingressar e concluir uma graduação em uma Universidade Federal. Agradeço e dedico essa conquista também aos meus avós Maria Rita Braz, que me prestigia e incentiva, e Sandra Vasconcellos e Luiz Antônio Vasconcellos que tanto me incentivaram em relação aos estudos, mas não estão mais presentes em vida para ver o sonho que sonharam comigo se realizando. Agradeço também aos meus irmãos Manuela e Miguel que, apesar de pequenos, desempenharam um grande papel nessa conquista, me presenteando com suas infâncias que resgatam a minha própria criança alegre e sonhadora todos os dias. Registro também a minha eterna gratidão e amor aos meus companheiros de casa Emanuel, Jonathan e Ludmila que me acolheram da melhor e mais intensa maneira e se tornaram uma família da qual sentirei muita falta. Deixo meu carinho, amor e gratidão às minhas amigas, em especial Lara, Cecília e Larissa que estiveram comigo, me ouviram, me aconselharam e me ajudaram a acreditar em mim mesma em todo o processo.

Nesse aspecto, ressalto também de maneira especial a minha orientadora Maria Gislene que esteve presente desde o primeiro período da minha graduação e, mesmo de longe, me ajudou a concretizar a ideia deste trabalho antes de sequer se tornar um anteprojeto e se mostrou solícita, compreensiva e extremamente importante para fechar com chave de ouro os conhecimentos adquiridos nessa formação. Por fim, agradeço às integrantes da minha banca Fabíola Souza e Lara Linhalis que também integram esse fechamento de maneira especial e agregadora.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Preconceito Linguístico e Jornalismo	12
1.1 Sotaque e Preconceito Linguístico	12
1.2 A mídia como comando paragramatical do preconceito linguístico	19
1.3 Estereótipos e representações	24
2.A ideia de Nação para o Jornal Nacional	26
2.1 A nação como comunidade imaginada.....	26
2.2 O produto Jornal Nacional e a construção da nação brasileira.....	32
3.Caminhos metodológicos.....	40
4.O cruzamento entre representações e recepção do público.....	46
4.1 A representação dos sotaques e o estudo do caso de Lyderwan Santos	47
4.2 As limitações de representatividade	58
4.3 Os estereótipos e a construção de imagens das regiões brasileiras	66
4.4 O rompimento de alguns paradigmas do JN.....	72
Considerações finais	77
Referências	80

Introdução

O interesse em realizar uma pesquisa sobre este tema surgiu de inquietações que me atingiram ao observar algumas discussões nas redes sociais. Nessas observações, percebi que muitas pessoas cometiam preconceito linguístico usando o modo de falar do Jornal Nacional, e de jornalistas no geral, como argumento legitimador de tais falas preconceituosas. Com o passar do tempo, ao longo de minha formação acadêmica, tive contato com manuais de rádio e telejornalismo que disseminam práticas de apagamento de sotaques, além de ouvir relatos de pessoas que precisaram “adequar” suas maneiras de falar para gravar locuções para produções da Universidade. A partir disso, me ocorreu uma série de questionamentos. Dentre eles, o porquê de tais práticas ainda serem tratadas com normalidade em um momento em que tantas pautas identitárias ganham espaço na esfera social. Em outros termos, pensava: “por que isso ainda existe e por que discutimos tão pouco sobre isso, tratando como preconceito linguístico?”. Lembro-me de ler e ouvir, com total indignação, falácias como “jornalista não pode ter sotaque”, “jornalista fala neutro”, “modo de falar mais limpo”, e “neutro igual no Jornal Nacional”. Desse momento em diante, comecei a ler sobre o assunto e a observar mais atentamente os debates em torno dos sotaques, até chegar na relação entre preconceito linguístico, identidade, jornalismo e Jornal Nacional, tema deste trabalho.

No Brasil, há uma grande variedade de sotaques que caracterizam a forma de falar dos indivíduos, representando qualidades culturais associadas a determinadas comunidades de falantes. Entretanto, algumas variações da língua são consideradas superiores às outras, o que estabelece valorações e cria uma concepção de “sotaque neutro ou padrão”. (Dacoregio, 2021, p.14). No jornalismo brasileiro, a ideia da fala padrão se manifesta no modo de falar que compõe a programação das emissoras, nos produtos radiofônicos e audiovisuais e também pode ser vista em manuais de redação, os quais servem de referência para o trabalho jornalístico até hoje. A padronização no jornalismo é, constantemente, justificada por uma ideia de que alguns sotaques podem chamar mais atenção que a notícia, sendo considerada necessária para eliminar “incompreensões” no ouvinte (Marcuschi, 2001, p. 56).

Um exemplo desses manuais nos quais o sotaque é tratado como uma característica prejudicial à notícia é a obra de Magaly Prado, “Produção de Rádio: um manual prático”, de 2006. Neste manual, a autora afirma que não é bom fazer uma locução com sotaque e recomenda que o locutor faça um treinamento para eliminá-lo quando estiver em rádios de outras regiões. (Prado, 2006, p. 95). A recomendação presente na obra de Magaly Prado é algo comum, inclusive em grandes emissoras como a Rede Globo de Televisão, que criou o Projeto de Desenvolvimento do Telejornalismo das Afiliadas o qual definiu que os jornalistas passariam, a partir de então, por treinamentos para padronizar a fala como parte de seu padrão de produção. (Ribeiro, 2004). Esse padrão, além de ser norma da Globo, é também parte da lógica do projeto de integração criado pelo governo militar, tendo a ditadura e a emissora caminhado juntos para unir e homogeneizar o país através de uma só programação, construindo a ideia da nação brasileira. (Coutinho e Musse, 2010)

Entretanto, a ideia de uma identidade nacional única já foi questionada. Stuart Hall (2003) defende a ideia de que as culturas nacionais maternas constituem uma das principais fontes de identidade cultural, sendo um modo de construir sentidos, que influencia em nossa concepção de nação e, conseqüentemente, constrói identidades (no plural). O autor questiona a ideia dominante de homogeneização e unificação das identidades nacionais nas quais nos apoiamos para questionar o padrão nacional estabelecido pela Rede Globo. Esse padrão nacional, que tem a pronúncia do português falado no Rio de Janeiro como a pronúncia-padrão do Brasil, foi questionado nessa lógica e nos ajudou a compreender no que se baseiam a padronização da fala nos produtos nacionais e a busca pela construção de uma identidade nacional focada em características específicas de uma só região.

Marcos Bagno (2007) defende que tratar da língua é tratar de um tema político. Segundo o linguista, o preconceito linguístico está ligado, em grande parte, à confusão criada ao longo da história por um entendimento estruturalista entre língua e gramática normativa, argumentando, então, que gramática não é língua, mas a descrição da norma culta que não pode ser aplicada a todo o resto da língua. Ele explica, porém, que a gramática não deve ser desconsiderada, mas que não deve ditar o uso da língua falada. O autor nos ajuda a entender o que é e como o preconceito linguístico é praticado à medida que desmente uma série de mitos e contextualiza como esse preconceito está ligado a outros preconceitos, como o preconceito regional e o de classe social. Além disso, disserta sobre como esse preconceito é alimentado diariamente pela mídia, o que ele chama de comandos paragramaticais.

Um dos principais autores abordados para discutir a ideia de nação, além de Hall (2003) é Anderson (2005). O autor entende a nação como uma comunidade imaginada, uma ideia

presente na mente de seus integrantes que se torna possível graças à definição de uma língua comum e à existência da mídia que veicula narrativas que passam a ser compartilhadas. Essas narrativas contribuem para a construção de estereótipos, contribuição de Goffman (2002), para esta discussão. O autor nos ajuda a entender que os estereótipos definem padrões que nos guiam em relação à leitura do mundo, das pessoas e das coisas, podendo também estigmatizar negativamente o outro, o desconhecido.

A partir dos levantamentos das reflexões abordadas anteriormente, definimos o entendimento do preconceito linguístico, do papel da mídia em relação a esse preconceito, e dos estereótipos e representações como tópico de extrema importância que inicia a nossa discussão, no primeiro capítulo. O questionamento das práticas que excluem as variações de ordem geográfica presentes no jornalismo e nos produtos jornalísticos foi tomado como passo fundamental para entender a raiz do problema. Além disso, a compreensão da ideia de nação como comunidade imaginada, assim como a compreensão dos movimentos de construção de identidade nacional brasileira que envolvem as produções midiáticas nos ajudaram a entender, no segundo capítulo, a origem dessas tendências padronizadoras, sendo mais um passo importante a caminho de nosso objetivo geral. Em suma, todos esses foram passos importantes para compreender e analisar o lugar dos sotaques na comunicação e, conseqüentemente, no país. Para observar essas relações, definimos como objeto empírico de estudo os programas do especial de 50 anos do Jornal Nacional, o maior telejornal do Brasil.

Em comemoração ao cinquentenário do produto jornalístico da Rede Globo, em 2019, jornalistas de todos os estados brasileiros foram convidados para ocupar a bancada do telejornal aos sábados, em uma proposta de trazer os diferentes sotaques brasileiros para o programa nacional. Considerando as normas indicadas nos manuais de rádio e de telejornalismo, este trabalho analisa a relação entre a execução e a repercussão da proposta inédita na programação da emissora, discutindo a inclusão dos sotaques nesse produto autodenominado nacional. Tendo em mente que tais normas, que a partir de Bagno (2007), podem ser entendidas como manifestações de preconceito linguístico, questionamos e definimos como objetivo geral responder à seguinte pergunta: como a programação especial de 50 anos do Jornal Nacional (2019), que contou com âncoras de todos os estados do Brasil, contribui para desestabilizar o que se impõe como regra de uniformizar a fala de repórteres em produtos jornalísticos?

Para responder a esse questionamento, tomamos como base desta análise os modos de endereçamento - conceito abordado no capítulo dos caminhos metodológicos -, que se referem às escolhas feitas por um produto baseadas em uma imagem que ele cria de seu público possível (Ellsworth, 2001) estabelecendo uma relação com esse suposto público que se dá, segundo

Rocha (2011), por intermédio da cultura. O sucesso dessa relação, que determina o sucesso do produto, depende das escolhas feitas por esse produto, que depende do quanto ele acerta seu alvo. Assim, para Gomes (2005) os modos de endereçamento apreendem também o estilo do produto que condiciona a forma como ele se endereça a seu público. Nesse sentido, a observação do encontro entre os modos de endereçamento dos programas do Especial de 50 Anos do Jornal Nacional e a recepção do público foram fundamentais para atingir nosso objetivo geral. Para observar os modos de endereçamento recorreremos aos programas do especial disponíveis na plataforma *Globoplay* e, para compreender como se deu a recepção do público foram feitas buscas das palavras-chave relacionadas ao especial no Twitter.

Esse cruzamento de informações que compõem a análise, no quarto capítulo, se dá em quatro categorias. A primeira diz respeito à presença de marcas de sotaques na apresentação do Especial, na qual realizamos um estudo da fala do âncora Lyderwan Santos, convidado para representar o estado de Sergipe. Os aspectos observados no estudo foram as pronúncias das vogais médias pretônicas /o/ e /e/ e das consoantes /t/ e /d/ quando antes de /i/ fonológico ou derivado. Já a segunda categoria se refere às limitações de representatividade na dinâmica do Especial, a terceira traz os estereótipos reproduzidos da condução dos programas e a quarta compreende os desdobramentos do Especial. Assim, torna-se possível a realização de uma análise do Especial de 50 Anos do Jornal Nacional abrangendo as diferentes escolhas feitas pelo produto em cruzamento com os comentários que expõem a recepção do público sobre elas.

1. Preconceito Linguístico e Jornalismo

1.1 Sotaque e Preconceito Linguístico

A língua desempenha um papel central em todos os aspectos da vida humana. Segundo Kangas (2019), é através dela que nos lembramos e reproduzimos significados para dar sentido à realidade e, com isso, criamos nossa percepção do mundo para interpretar, entender e transformá-lo. Sendo o ser humano socializado através da língua, aprendemos através dela uma grande parte da nossa ética e da nossa cultura.

hooks (2017) discute esse caráter cultural e identitário da língua ao mencionar a experiência sociohistórica dos negros escravizados pelos americanos que, ao serem levados à força para os Estados Unidos, se sentiram diante da perda de sua língua materna ao serem obrigados a aprender e falar apenas a língua do colonizador. A autora disserta sobre como a perda da língua, que carregava cultura e reconhecimento como indivíduos, foi também uma perda do caráter do sujeito político ao terem suas vozes e sua língua silenciados por uma força colonizadora. Apoiados na reflexão da autora, consideramos que a língua é constituinte do caráter político do ser humano e que perdê-la é também perder tudo aquilo que forma o sujeito.

Conforme aprendemos palavras para denominar coisas e fenômenos, aprendemos, também, conotações, associações, emoções e julgamentos de valor de nossa cultura. Sendo assim, "a definição e a construção de nosso mundo ecossocial, incluindo-se identidade de grupo e visão de mundo, estão refletidas na língua e a refletem. Tudo isso por meio da língua". (Kangas, 2019, p.27). Portanto, é possível afirmar que a língua é um poderoso e essencial instrumento que possibilita ao ser humano adquirir e criar cultura, formar sua noção de identidade e de pertencimento, seus pensamentos, suas opiniões, se relacionar consigo mesmo e com o mundo.

Chauí (2000, p.172) refere-se à definição de Aristóteles, de que o ser humano é um animal político, isto é, social e cívico, por ser dotado de linguagem. A autora explica que, para

Aristóteles, através da palavra, o homem exprime o bom e o mau, o justo e o injusto. Essa definição serve de base para entender a língua como um tema político.

Existe uma regra de ouro da Linguística que diz: “só existe língua se houver seres humanos que a falem”. E o velho e bom Aristóteles nos ensina que o ser humano é um animal político”. Usando essas duas afirmações como os termos de um silogismo (mais um presente que ganhamos de Aristóteles), chegamos à conclusão de que “tratar da língua é tratar de um tema político”, já que também é tratar de seres humanos. (Bagno, 2007, p. 9)

Se a língua é formada a partir de aspectos políticos, uma característica intrínseca ao ser humano e à cultura e um sistema social de significados, constituidor da consciência, que serve de base para que o homem se relacione com o mundo, ela é também um meio para entender as subjetividades, a cultura e as relações sociais. Um dos problemas da humanidade que envolve a língua, o ser humano e a sociedade, e que está presente na nossa cultura, é o preconceito linguístico e, para entendê-lo, precisamos entender as relações entre língua e sociedade.

William Labov (2008), ao contrário de linguistas adeptos às abordagens estruturalista e gerativista, teoriza que pressões sociais são exercidas constantemente sobre as línguas, por isso, a língua apresenta mudanças que estão relacionadas à vida social da comunidade dos usuários. Assim, ele afirma que a explicação da mudança linguística “parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística”. (Labov, 2008, p. 19).

As línguas são marcadas pela diversidade e essa diversidade “existe porque as línguas são aprendidas e usadas e porque o aprendizado de uma língua são processos criativos que compreendem um sistema extremamente complexo.” (Langacker, 1980, p.60).

Segundo Bagno (2007) muitas pessoas consideram que língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade, ou seja, que não possui variações. Para o autor, essa crença é o maior e mais sério dos mitos que compõem o preconceito linguístico no Brasil. Essa postura estruturalista, de acordo com o autor, estaria tão arraigada em nossa cultura que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e, geralmente, boas observadoras dos fenômenos sociais se deixam enganar por ela, fazendo afirmações enganosas em seus estudos.

Apesar de a Língua Portuguesa ser falada por uma fração majoritária da população brasileira, devido à grande extensão territorial do Brasil e de fatores sociais, a língua foi adquirindo variações. Junto à diversidade da língua, entra em cena o preconceito linguístico que muito tem a ver com a injustiça social.

[...] esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. (Bagno, 2007, p. 16)

Trata-se, ainda segundo o autor, de entender que a língua é como um *iceberg* flutuando no mar do tempo e que a gramática normativa é apenas uma tentativa de descrever uma parcela mais visível da língua, a norma culta. Essa discussão proposta pelo autor, porém, não despreza o valor e os méritos da gramática, tampouco propõe que ela deve ser descartada ou desconsiderada. Apenas considera, a partir de um olhar sociolinguístico, a existência de variações as quais extrapolam as normas estruturais impostas pela gramática e afirma que elas devem ser consideradas e respeitadas em suas práticas. A gramática, para o autor, é parcial e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua. Essa aplicação, em suas palavras, “autoritária, intolerante e repressiva”, é o que impera na ideologia que gera o preconceito linguístico. (Bago, 2007, p. 9-10).

Sendo assim, é evidente que existe uma imposição sobre o uso da gramática de forma a reprovar e definir como errado qualquer uso da língua que não siga as normas estruturais descritas por ela. O autor propõe, como medida contrária a essa imposição, que não se deve tentar criar uma língua falada “artificial” e reprovar pronúncias resultantes de forças - culturais, sociopolíticas, econômicas, que dizem desde variações relacionadas a regionalismos até ao acesso à educação formal, em que aprendemos o uso da norma culta da língua - que governam o idioma. Ele propõe que, no ensino da língua portuguesa,

Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BUnito ou BOnito, mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito, mas é preciso lembrar que ela funciona como a partitura de uma música: cada instrumentista vai interpretá-la de um modo todo seu, particular! (Bago, 2007, p. 52-53)

Em concordância com a relação feita por Bago (2007) entre gramática, norma culta e escrita, Faraco (2008), afirma que o adjetivo “culto” se refere à forma escrita da língua e contribui para a discussão ao constatar que o termo foi criado pelos pretensos falantes da “norma”. Esses falantes, apontados pelo autor, ocupam posições sociais privilegiadas e se autodenominam “mais cultos” que os demais. Ainda segundo ele, a ideia de uma variedade cultivada da língua é um resultado recorrente do esforço das elites em criar símbolos para se distinguirem das camadas populares.

Mas o preconceito linguístico não se restringe puramente às questões de classe, afirma Bago (2007). Ele explica que, assim como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de determinadas regiões. Ambos os preconceitos parecem possuir raízes parecidas, por se enquadrarem no que Krug (2004) define como variedades minoritárias estigmatizadas. De acordo com o autor, essa

negação de variedades linguísticas minoritárias tem ligação ao prestígio e à estigmatização atribuída a ela, substancialmente, quando o indivíduo começa a frequentar a escola.

Segundo Pagotto (2005), o peso das diferenças entre os falantes é grande, o que acaba tensionando o falante e a língua. Tal tensionamento evidencia a importância da língua falada para o estudo científico. Essa importância é reconhecida por Bagno (2007) ao argumentar ser a língua falada o palco das mudanças e variações que constantemente transformam a língua. Para o autor, é a partir de uma investigação empírica da língua falada que se deve buscar entender o estado atual da língua, por exemplo. Nesse sentido, é a língua falada que revela aspectos de uma língua.

Outro ponto que reafirma a importância da língua falada é o fato, já mencionado parcialmente no início desta discussão, de que somos socializados por meio da língua através da fala. Antes mesmo de aprendermos a escrever, aprendemos a falar, sendo a fala o nosso primeiro contato com a língua. Além disso, bilhões de pessoas não chegam a aprender a ler e a escrever, mas desempenham o poder da fala em sua língua materna de maneira eficiente.

Do ponto de vista da história de cada indivíduo, o aprendizado da língua falada sempre precede o aprendizado da língua escrita, quando ele acontece. Basta citar os bilhões de pessoas que nascem, crescem, vivem e morrem sem jamais aprender a ler e a escrever! E, no entanto, ninguém pode negar que são falantes perfeitamente competentes de suas línguas maternas. Do ponto de vista da história da humanidade é a mesma coisa. A espécie humana tem, pelo menos, um milhão de anos. Ora, as primeiras formas de escrita, conforme a classificação tradicional dos historiadores, surgiram há apenas nove mil anos. A humanidade, portanto, passou 990.000 anos apenas falando! (Bagno, 2007, p. 56)

Tendo a humanidade feito o uso das línguas por meio da fala por muito mais tempo do que por meio da escrita, é notável o quanto a oralidade revela sobre seu povo. A gramática tradicional, de acordo com Bagno (2007), despreza totalmente os fenômenos da língua oral, querendo impor, a todo custo, a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como se fosse a única manifestação linguística digna de ser estudada.

Esse tópico se relaciona a uma outra afirmação do autor, na qual ele se refere à língua como uma coisa viva ao argumentar que precisamos tomar cuidado para não “incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam.” (Bagno, 2007, p. 9). Sendo assim, seguindo o raciocínio do autor, é preciso entender a língua como um organismo vivo que acompanha o falante e toma formas que acompanham as diferenças do indivíduo, não como uma coisa morta e rígida que permanece inalterada, alheia aos fenômenos e diferenças à sua volta.

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em tempos

renasce das próprias cinzas. É uma roseira que, quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vai dando. (Bagno, 2007, p.117)

Entre os aspectos da língua falada que compõem as variações da língua e a mantêm em transformação está o sotaque. Para Dacoregio (2021), as variedades sociais e regionais no Brasil atravessam o sistema linguístico em vários níveis, porém as diferenças fonéticas e lexicais sempre recebem maior destaque por ocorrerem com maior frequência e serem percebidas mais facilmente. O sotaque seria, então, esse conjunto de variações fonéticas e lexicais.

Para Dacoregio (2021), todos os sotaques são passíveis de serem descritos tecnicamente, sendo possível afirmar o que é, por exemplo, um sotaque mineiro de Belo Horizonte e descrevê-lo a partir da identificação de seus traços fonéticos. A autora chama atenção para o fato de que devemos considerar que, dentro dos estados brasileiros, existem também outras diferenciações internas de manifestações linguísticas relacionadas à cultura, descendência, economia e ao fato de se tratar de uma região urbana ou rural. De acordo com ela, porém é preciso diferenciar sotaque de dialeto. Para ela, não existem dialetos na língua portuguesa, apenas falas que carregam diferenças em aspectos léxicos, fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Semelhantemente, Borba (1976) afirma que, no Brasil, não se encontram dialetos como em Portugal, apenas falas regionais que caracterizam a língua.

Crystal (1986) concorda que há uma diferença entre sotaque e dialeto e acrescenta que sotaque diz respeito apenas à pronúncia, enquanto dialeto tem a ver com gramática e vocabulário. Segundo ele, sotaque se refere aos efeitos auditivos de traços da pronúncia de alguém, através dos quais é possível identificar sua procedência regional ou social. Nesse sentido, os sotaques regionais podem estar relacionados a qualquer local, como a regiões de um país, a comunidades urbanas ou rurais, a grupos que falam a mesma língua e a grupos que englobam outras línguas, como os imigrantes do exterior.

Mesmo que o termo “sotaque” seja bastante utilizado para se referir a traços sonoros de pronúncias, existe uma forte discussão popular a respeito de quais grupos de falantes possuem sotaques ou não. Romaine (1994) constata que as pessoas possuem opiniões fortes sobre sotaque, acreditando sempre que outras pessoas têm sotaques e nunca elas próprias. Apesar de esse ser um pensamento arraigado na sociedade, de acordo com a autora, é impossível falar alguma variedade do português brasileiro sem algum sotaque.

Sobre essa concepção de sotaque como algo que define apenas o modo de falar do outro, Halliday (1974) argumenta que o fenômeno do sotaque teve origem no aparecimento de uma língua padrão. Nessa lógica, o sotaque tem seu lugar na alteridade e existe apenas porque existe a fala padrão e porque se diferencia dela. Esse princípio estabelece uma posição de centralidade

para os falantes da língua padrão, enquanto define todo o resto dos falantes como aqueles que destoam do padrão. Nesse sentido, no Brasil, algumas variações da língua são consideradas superiores às outras, “estabelecendo hierarquias de valores e criando uma classificação sobre as pronúncias da língua que recebem a nomenclatura de ‘sotaque neutro ou padrão’” (Dacoregio, 2021, p.14).

Essa noção de sotaque padrão considerado mais adequado e correto de falar se baseia na existência de uma hegemonia social que a região Sudeste exerce em relação às outras regiões do Brasil: “A padronização para o sotaque da região Sudeste está mais ligada para a questão social, com a influência para o foco da referência financeira que aquela região é, tanto para o Brasil quanto para o mundo” (Franco, 2013, p. 2). Em concordância, Langacker (1980) define o prestígio como o motivo mais poderoso para a tendência de padronização de uma língua.

A definição de um sotaque como padrão, portanto, não se restringe a questões linguísticas, podendo ser relacionada a questões sociais, políticas e econômicas. Sobre essa relação, Romaine (1994) argumenta que as pessoas são mais favoráveis aos sotaques de áreas urbanas que aos das áreas rurais, usando a Inglaterra como exemplo. Esse exemplo da autora nos permite perceber que o local de onde o falante vem também dita a aceitação em relação à sua fala, estabelecendo uma relação de valoração que está ligada, também, com o fator regional. Em concordância, Mendes (2006) argumenta que a preferência pelo sotaque padrão, o considerando mais compreensível, mais bonito e melhor, é o fato de que o sotaque evidencia a região de procedência do falante. Nesse sentido, é possível afirmar que se criam concepções sobre todos os falantes de um determinado sotaque de acordo com as características dele. Para ilustrar essa ideia, o autor comenta que existe um julgamento popular de que, pelo fato de o sotaque baiano ser mais arrastado e cantado, esses adjetivos definem a população baiana.

É importante reiterar, portanto, que o preconceito linguístico se baseia em estereótipos estabelecidos por questões extralinguísticas, como já afirmado anteriormente, a partir das contribuições de Bagno (2007). Para ilustrar essa relação, o autor traz um exemplo comparativo prático sobre dois julgamentos distintos em relação ao comum fenômeno da palatalização. Para explicar no que consiste o fenômeno, ele diz que “na pronúncia normal do Sudeste, a consoante que escrevemos T é pronunciada [tʃ] (como em tcheco) toda vez que é seguida de um [i].” (Bagno, 2007, p. 44). Esse mesmo fenômeno ocorre na pronúncia rural nordestina, quando o falante pronuncia a palavra “oito” como “oytʃu”, exemplifica o autor, sendo a única diferença a posição do elemento provocador da palatalização. Entretanto, o fenômeno na fala de uma pessoa do Sudeste é considerado normal, enquanto os falantes do Sudeste acham “muito

engraçado”, “ridículo” ou “errado” quando um falante da zona rural nordestina reproduz a palatalização em sua pronúncia.

Então, se o fenômeno é o mesmo, por que na boca de um ele é “normal” e na boca de outro ele é “engraçado”, “feio” ou “errado”? Porque o que está em jogo aqui não é a língua, mas a pessoa que fala essa língua e a região geográfica onde essa pessoa vive. Se o Nordeste é “atrasado”, “pobre”, “subdesenvolvido” ou (na melhor das hipóteses) “pitoresco”, então, “naturalmente”, as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim... (Bagno, 2007, p.44-45)

Em obras mais antigas, é possível encontrar julgamentos de valor que estabelecem a existência de propriedades intrínsecas em relação à pronúncia culta carioca que justificam a escolha dessa pronúncia como pronúncia padrão. Silva Neto (1950, p.147) cita como razões dessa preferência a noção de que a pronúncia carioca é de maior musicalidade, a mais urbana, mais elegante, a que sintetiza a fala de todos os brasileiros e, por isso, a mais adaptável a todos e a que mais fácil se difunde pelo país.

Bagno (2007) nega a existência de qualidades intrínsecas à pronúncia tida como padrão, ao argumentar que não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “mais correta”, “mais pura”, “mais bonita” ou “melhor” que outras. “Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam.” (Bagno, 2007, p.47). Em acordo com a afirmação do autor, Halliday (1974, p.124) considera que as línguas são igualmente boas e adaptadas aos usos de suas comunidades da mesma maneira, não existindo uma “língua primitiva”. Desse modo, observamos que a definição de melhor ou pior, certo ou errado, adequado ou inadequado são escolhidas de maneira arbitrária, seguindo as questões extralinguísticas já mencionadas.

Stuart Hall (2003), defende a ideia de que as culturas nacionais em que nascemos constituem uma das principais fontes de identidade cultural, sendo formadas e transformadas no interior da representação. O autor argumenta com um exemplo sobre os ingleses, o qual podemos trazer para a realidade brasileira: apenas sabemos o que significa ser brasileiro a partir da forma como a "brasilidade" veio a ser representada - como um conjunto de significados - pela cultura nacional brasileira. Para o autor, a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, uma comunidade simbólica, um sistema de representação cultural, sendo as pessoas participantes da ideia da nação. Para ele, uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (Hall, 2003, p. 51).

A partir desses conceitos, o autor coloca em questão a ideia de homogeneização e unificação que as identidades nacionais trazem consigo. Além disso, questiona quais são as representações de um país, de uma nação, que dominam as identificações e definem as identidades do povo desse país de modo a construir o nosso senso comum sobre o pertencimento ou sobre a identidade nacional. Em suma, o autor tece uma série de problematizações acerca da existência de uma construção de um padrão de identidade de uma nação que cria uma ideia de homogeneização e unificação inexistente.

Essas ideias de homogeneização e unificação, como já visto anteriormente, estão presentes na ideia da definição de uma pronúncia como pronúncia padrão que protagoniza a representação de todo um país por juízos de valor de motivações extralinguísticas. Essas imposições padronizadoras constroem uma identidade nacional e, a partir daí, moldam nosso senso comum sobre qual é a identidade correta e nossa noção de pertencimento sobre essa identidade. Como afirmou o autor, essa identidade nacional influencia na concepção que temos de nós mesmos, portanto, de acordo com o padrão estabelecido, percebemo-nos como adequados ou não à identidade.

Essa ideia de não-adequação presente na ideia da definição do padrão e do diferente, como já vimos, está arraigada em nossa sociedade. Por isso, apoiados em Bagno (2007), observamos que o preconceito linguístico deve ser discutido de maneira política para que não contribuamos com a manutenção do círculo vicioso desse preconceito que é irmão gêmeo do círculo vicioso da injustiça social.

1.2 A mídia como comando paragramatical do preconceito linguístico

Para Dacoregio (2021), as escalas de valor atribuídas às variações do português brasileiro, de acordo com a localização regional dos falantes, são alimentadas pela mídia. Não se trata, porém, de uma mídia única, mas de um modelo hegemônico de mídia que busca estabelecer um padrão de fala para conduzir a proposta de uma identidade nacional, como discute Hall (2003). Nessa lógica, a mídia hegemônica seria, então, uma estrutura que mantém o preconceito linguístico vivo.

Ramos (1997), de modo semelhante, afirma que a mídia, como parte da construção da nação, tem um papel de força padronizadora e, por isso, é também excludente. Para ele, a mídia compõe o ecossistema do preconceito linguístico ao eleger um falar padrão o qual estabelece

uma noção de que, quanto mais a fala se aproxima do modo de falar do Sudeste, mais os falantes sentem que sua fala é a fala da mídia. Essa noção sobre a mídia como força alimentadora do preconceito linguístico é compartilhada por Bagno (2007), que afirma que o preconceito linguístico é estimulado= diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que tentam estabelecer uma noção de “certo” e “errado”, além da gramática normativa e dos livros didáticos.

Nesta reflexão, Bagno questiona o porquê de um “círculo vicioso” do preconceito linguístico continuar girando, apesar de ter ocorrido uma mudança de atitude nos livros didáticos e na pedagogia oficial, e chega à conclusão de que isso se deve ao que ele chama de comandos paragramaticais.

É todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, “consultórios gramaticais” [pg. 76] por telefone e por aí afora... É a “saudável epidemia” a que se refere Arnaldo Niskier no artigo que citei ao falar do Mito nº 2, “epidemia” que, para mim, nada tem de “saudável”, e vou explicar por quê. O que os comandos paragramaticais poderiam representar de utilidade para quem tem dúvidas na hora de falar ou de escrever acaba se perdendo por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi)mídia. Assim, tudo o que elas fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que “brasileiro não sabe português” e de que “português é muito difícil”. (Bagno, 2007, p.76-77)

Os comandos paragramaticais, segundo ele, não são institucionalizados ou oficiais e, por isso, passam despercebidos na lógica do preconceito linguístico. São, portanto, estruturas que podem agir de maneira implícita ao impor uma maneira de falar que tem presença dominante nos produtos midiáticos, funcionando como uma espécie de modelo a ser seguido.

De fato, como apontado por Bagno, existem manuais de redação jornalísticas que propõem uma fala padrão e, portanto, se encaixam no que o autor chama de comandos paragramaticais. Esses manuais, apesar de alguns deles não serem tão atuais, ainda servem de referência para ensinar como se deve falar em produtos jornalísticos. É o caso obra de Magaly Prado, “Produção de Rádio: um manual prático”, de 2006. Neste manual, em uma subseção reservada especialmente para falar sobre sotaque, a autora relaciona-o a uma má pronúncia e afirma que não é bom que ele apareça em uma locução, seja ele qual for. Respalda-nos em teóricos como os já trazidos aqui, essa relação, além de configurar preconceito linguístico, ao definir um modo de falar a uma característica negativa, reproduz o mito do “não-sotaque” quando, na verdade, todas as falas trazem suas marcas de origem.

Em seguida, a autora do manual assevera que, se o locutor estiver em uma emissora em uma região que não a sua, deve passar por um treinamento para eliminar tais marcas de regionalidade de sua locução. Nesta afirmação, o sotaque é tratado como um empecilho, algo do qual o falante pode e deve se despir, se livrar, como um mero acessório ruim, e não um

elemento intrínseco ao indivíduo e à sua cultura. Por fim, ela constata que, na maioria das emissoras, ele é permitido se for “bem leve”, ressaltando essa dita necessidade de suavização, atitude de mascarar a fala para que ela se assemelhe à fala da mídia, mencionada anteriormente.

Já César (1990), na obra *Como Falar no rádio - prática de locução AM e FM*, afirma que não podemos considerar que as variações de pronúncia sejam um erro, no entanto, assim como Prado, defende que o locutor deve ter, em suas palavras, a sensibilidade de atenuar sua linguagem e adaptar-se. Existindo uma recomendação como essa, subentende-se que existe uma ideia de adequado e, por isso, há a não-adequação.

Tanto o manual de Prado (2006), quanto o de César (1990) são explícitos quanto ao não-lugar das pronúncias que não se aproximam do padrão tido com um “não-sotaque” no jornalismo brasileiro. Porém, pelo fato de a mídia ser entendida como uma estrutura que possui uma fala própria, a “fala da mídia”, essas recomendações podem não ser lidas como preconceito linguístico quando, na verdade, são.

Em sua obra, *Rádio - Teoria e prática*, Ferraretto (2014, p.86) faz uma série de recomendações de pronúncia nas quais reprova as “distorções na pronúncia da letra O e de palavras em sequência” e a “omissão na pronúncia das letras R, S e I”. O autor traz diversos exemplos que, resumidamente, indicam que as palavras devem ser pronunciadas exatamente como são escritas, seguindo a gramática normativa. Entre esses exemplos, estão as seguintes recomendações: a pronúncia de “ídolo” não deve ser “ídulo”, a pronúncia de “mesmo” não deve ser “mesmu”, a de “luz e força” não deve ser “lúzi forsa”, a de “primeiro” não deve ser “primero”, a de “precisar” não deve ser “precisá” e a de “trazer” não deve ser “trazê”. Todas essas considerações são marcas da oralidade que se manifestam de formas distintas em cada região do país e que, evidentemente, deveriam ser consideradas nas práticas de locução, levando em conta que falar em meios audiovisuais pressupõem alguma naturalidade, em vez de falas robotizadas por uma pronúncia padrão (cuja definição, como apontamos aqui, é arbitrária e se faz de forma autoritária).

No *Manual de telejornalismo* de Barbeiro e Lima (2002, p.119-120), podem ser vistas recomendações semelhantes, também estabelecendo a gramática normativa como regra de pronúncia. Algumas dessas recomendações consistem em: não pronunciar vogal entre duas consoantes, não transformar vogais em ditongos, pronunciar terminações verbais em “eja”, “elha” e “oura” com som fechado e, ao pronunciar palavras no diminutivo, respeitar o som aberto ou fechado das palavras de origem. Entre os exemplos de pronúncia dados pelos autores estão: pronunciar “estôura”, nunca “estóra”; “apedrêja”, nunca “apedréja”; “jacarézinho”, nunca “jacarêzinho”; “três”, nunca “treis”; e “advogado”, nunca “adivogado” ou “adevogado”.

De acordo com Laver e Trudgill (1979), as realizações articulatórias das unidades linguísticas (vogais, consoantes, entonação, tom, ritmo) compõem a base fonética do sotaque de um falante. Por conseguinte, dizer que um modo de pronúncia específico das vogais e consoantes deve ser usado, e não outro, seria, então, dizer que uma marca de sotaque não deve ser utilizada. Em suma, essas atitudes padronizadoras e excludentes, presentes em todos os manuais aqui citados, de estabelecer uma noção de “certo e errado”, como apontado por Ramos (1997), Bagno (2007) e outros teóricos, podem ser definidas como manifestações de preconceito linguístico. Esses manuais, mesmo havendo um intervalo de 24 anos desde o mais antigo ao mais recente, reproduzem as mesmas ideias padronizadoras, o que diz muito da cultura padronizadora presente no jornalismo e nos permite perceber o quão forte ela é.

Segundo Dacoregio (2021), acredita-se que as técnicas que buscavam suavizar sotaques surgiram no ambiente televisivo, com a chegada da TV ao Brasil. A região Sudeste concentra a maior estrutura e grande parte das oportunidades para profissionais da mídia, o que faz com que muitos artistas e jornalistas de outras regiões do país se desloquem ainda hoje para o Sudeste para seguir carreira profissional e, com isso, a prática se torna rotina.

A chegada da televisão no Brasil parece decisiva para a criação do contexto de suavizar ou neutralizar sotaques. A TV chega ao Brasil, em setembro de 1950, (trazida por Assis Chateaubriand) que funda o primeiro canal de televisão na capital do estado São Paulo, a TV Tupi. Na sequência, quatro meses após, entra no ar a TV Tupi Rio de Janeiro com sede na capital carioca. O fenômeno da televisão se popularizou muito rapidamente no decorrer das décadas seguintes e as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro permanecem até hoje como o berço e referência da cultura televisiva no país. (Dacoregio, 2021, p.28)

Para Marcuschi (2021) a prática da padronização no jornalismo parte de uma concepção de que algumas marcas de regionalidade podem causar ruído na comunicação, prejudicando a compreensão da notícia. A padronização, então, é definida como uma necessidade para eliminar esses ditos ruídos e impedir que tais características de pronúncia protagonizem o discurso no lugar da informação. Paralelamente, Dacoregio (2021) considera que o sotaque não interfere no resultado da mensagem, apenas denuncia o local ou comunidade da fala de origem do falante, ao passo que prosódia - com sua alteração de ritmo, duração, variação da frequência fundamental e variação de intensidade - interfere diretamente na compreensão da mensagem. Desse modo, as marcas que denunciam a origem do falante não possuem nenhuma característica intrínseca que prejudica a decodificação da mensagem, os jornalistas apenas são submetidos às práticas padronizadoras para que se encaixem no idealizado falar da mídia jornalística.

A autora aborda a ideia de que o sotaque “neutro ou suavizado”, que se aproxima da fala de parte da mídia jornalística, desencadeia questões de sobreposição entre as variedades do português brasileiro em relação à representação da língua no Brasil. Para ela, existe uma

resistência em aceitar as diferenças linguísticas e, por isso, há uma normalização das práticas padronizadoras, a ponto de coloca-las num lugar comum em espaços que se respaldam em valores coloniais.

Ainda de acordo com a autora, a língua portuguesa falada no Brasil é impossível de ser padronizada, sendo assim, esses valores, que são entendidos como coloniais, condicionam uma expressão produzida na artificialidade e em uma imagem de um padrão que não existe. Em concordância, para Bagno (2007), nos meios de comunicação, existe um obscurantismo, o qual podemos definir como ideias baseadas em uma ciência positivista, que envolve tudo o que diz respeito à língua e ao ensino da língua. Segundo o autor, esse apoio e defesa que ele considera quase irracionais da doutrina gramatical tradicional, por parte de profissionais que deveriam ter a linguística como corpo teórico e prático de referência, reside no fato de que a diversidade compromete estruturas de poder e dominação. Nesse sentido, é possível compreender que essa imposição padronizadora sobre a fala ainda compõe a cultura da mídia jornalística pelo fato de ainda existir uma hegemonia que determina valores coloniais a serem seguidos.

Ora, o novo assusta, o novo subverte as certezas, compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes. Não é por acaso que, mesmo entre profissionais que deveriam ter a linguística como seu corpo teórico e prático de referência, a doutrina gramatical tradicional ainda encontra um apoio e uma defesa quase irracionais. É o que se vê, hoje em dia, na imprensa e na mídia brasileira, com os comandos paragramaticais analisados neste livro, essa enxurrada de programas de televisão e de rádio, colunas de jornal e revista que tentam preservar as noções mais conservadoras do “certo” e do “errado”, desprezando o saber acumulado por mais de um século de ciência linguística moderna, que tem no Brasil centros de pesquisa de excelência reconhecida internacionalmente. Isso para não falar também dos grupos de pessoas que dizem promover ridículos “movimentos de defesa da língua portuguesa”, como se fosse necessário defender a língua de seus próprios falantes nativos, a quem ela pertence de fato e de direito. (Bagno, 2007, p.150-151)

Apoiados em Langacker (1980), podemos dizer que a influência da mídia sobre o preconceito linguístico também reside no pensamento de que a maneira de falar de pessoas em posições de destaque e admiradas são, frequentemente, adotadas como modelo. Os jornalistas que se destacam e protagonizam os veículos de comunicação dominantes carregam essa fala padronizada, que acaba sendo adotada como modelo, influenciando na noção que as pessoas têm de “certo” e “errado” sobre o modo de falar. Esse modelo estabelecido pela mídia, através dos repórteres, se torna uma representação dominante, que transmite uma ideia de identidade única, questionada por Hall (2003).

Bagno (2007) lamenta a influência padronizadora da mídia que alimenta o preconceito linguístico, afirmando que esse poder de influência seria de grande utilidade se fosse usado “na destruição dos velhos mitos, na elevação da autoestima linguística dos brasileiros, na

divulgação do que há de realmente fascinante no estudo da língua. Mas não é assim.” (Bagno, 2007, p.76-77).

1.3 Estereótipos e representações

Segundo Goffman (2002) as pessoas são como “atores” desempenhando papéis sociais, os quais ele chama de “representações”. Uma representação é uma atividade, um comportamento, de um indivíduo que se passa em um período no qual permanece presente diante de um grupo particular de observadores, tendo sobre eles alguma influência. Para realizar essas representações, eles contam com “fachadas”, ou seja, um equipamento expressivo padronizado, que pode ser empregado pelo indivíduo de maneira intencional ou inconsciente durante sua representação. Para Goffman (2002), uma representação efetiva geralmente recorre a uma “idealização”.

Deste modo, segundo o autor, para que uma pessoa possa emitir ou transmitir uma imagem que legitime o que ela é ou que queira reafirmar que é, ela tende a incorporar valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, utilizando de elementos padrões que a sociedade considera que fazem parte dessa imagem. O falar padrão, por exemplo, além da forma de se vestir e de se portar, para um jornalista, seria uma fachada da representação do jornalista, algo que o caracteriza como um e legitima sua função, podendo até sobrepor as próprias habilidades do profissional. Assim, podemos observar que essas fachadas e representações residem em estereótipos, noções e classificações sobre grupos que já foram construídas na sociedade e que levam a generalizações.

O autor toma como base as reflexões de Radcliffe-Brown (1931) ao argumentar que, em comunidades pequenas, uma pessoa pode ser reconhecida como um ser único, mas, a partir do momento que a comunidade cresce, as pessoas necessariamente se dividem em espécies de clãs ou grupos sociais, e esse indivíduo passa a receber uma espécie de rótulo, sendo reconhecido não como indivíduo, mas como uma parte de determinado clã. Assim, é formada uma representação coletiva, que não considera distinções que são inerentes aos indivíduos.

Sobre isso, Goffman aponta que existe a “aparência” - a forma como o indivíduo é percebido em primeiro contato - e o que ele chama de “maneira” - o modo como ele age em interações futuras. Para ele, com base nos estereótipos sociais, as pessoas esperam uma compatibilidade entre aparência, maneira e até ao ambiente e, quando há uma quebra de

expectativa, é gerado um incômodo. Ou seja, com a existência dos estereótipos, que são reforçados inclusive pela mídia, somos socialmente levados a fazer generalizações, atribuindo valores e padrões generalizados a grupos, esperando que todas as pessoas desse grupo apresentem essas características.

Nesse sentido, podemos observar que existe o estereótipo do jornalista, baseado em padrões hegemônicos, assim como existem estereótipos de pessoas de cada região. Por existir e ser reforçado um estereótipo de jornalista – isento, objetivo, que tende a ter características individuais apagadas sob o argumento de dar ênfase à notícia – há uma expectativa social de que ele siga as padronizações que conhecemos e já apontamos anteriormente como aquelas indicadas nos manuais de redação. É importante destacar que os estereótipos limitam tanto as regiões quanto seus indivíduos aos rótulos, dificultando mobilidades e diferentes percepções do real. Assim, tende-se a esperar que todos os indivíduos de uma região sejam da mesma maneira, da mesma forma como são representados de maneira única, desconsiderando suas particularidades e gerando preconceitos.

Porém, não podemos tomar os estereótipos apenas de forma maniqueísta, como se todo estereótipo fosse algo ruim. Essa representação rotulada serve, muitas vezes, para que não tenhamos que, por exemplo, aprender sobre a figura do jornalista a cada vez que ele aparece na televisão. O estereótipo resulta de um aprendizado sociocultural. O problema é quando ele estigmatiza negativamente os sujeitos, como é comum acontecer na mídia com as imagens de pessoas do Norte e Nordeste do Brasil.

No caso aqui estudado, esses estereótipos que se apresentam na figura do jornalista profissional passam necessariamente pelas normas de postura, comportamento, figurino e, como já mencionado, pelos sotaques escondidos em prol da construção de uma identidade nacional unificada, padronizada. Quando esse padrão é desestabilizado, surgem os estranhamentos – no caso trabalhado aqui, o estranhamento era provocado pelo próprio Jornal Nacional com a proposta de os âncoras trazerem as especificidades regionais em cada fala durante o especial.

Entretanto, como podemos observar nos capítulos subsequentes, até mesmo esse estranhamento se apresenta de forma controlada, a partir dos modos de endereçamento analisados. Para melhor compreender essa ideia de uma identidade construída e de uma identificação forjada, seguimos para o próximo capítulo trazendo uma reflexão em torno dos conceitos e dos modos de fabricação da nação pelos veículos midiáticos, mais especificamente, realizados pelo Jornal Nacional.

2. A ideia de Nação para o Jornal Nacional

2.1 A nação como comunidade imaginada

Para entendermos melhor as tendências padronizadoras da mídia como um todo, assim como especificamente da Rede Globo e de seu produto Jornal Nacional, precisamos entender inicialmente as definições de nação.

Nação é, em grande parte, um termo de difícil definição para os teóricos. Para Bobbio (1986) ele é um dos mais incertos e confusos do vocabulário político, apesar de carregar consigo uma imensa força emocional. Isso porque, mesmo sem saber ao certo o que essa palavra significa, estando inseridos em um país com cultura própria, somos constantemente atingidos por esse sentimento, sentindo-nos parte de um todo, que se constitui como boa parte daquilo que classificamos nossa identidade. Essa noção é, ainda segundo o autor, imposta aos indivíduos desde o nascimento, quando ganhamos uma nacionalidade, nos definindo permanentemente.

Hobsbawm e Ranger, (1997) assim como Anderson (2005), entendem a nação como uma herança da era moderna que foi desenvolvida de forma sistemática ao longo da história até chegar no conceito que conhecemos na atualidade, o qual remete à marcação territorial, dimensões políticas e econômicas, tradições, língua comum, características culturais, costumes, entre outros fatores. Assim como esses autores, Smith (1999) também a entende como um fenômeno da modernidade, porém reitera que sua origem é pré-moderna, estando em constante processo de reconstrução e ganhando novos significados ao longo dos anos.

A ideia se fortalece entre os anos de 1848 e 1870, quando o ocidente voltou seu foco para a criação de Estados-nações na Europa, durante a Revolução Francesa. Segundo Hobsbawm (2001), o “princípio da nacionalidade” já era tido como um forte fator de agregamento nessa época. Para ele, os projetos de fundação de Estados-nações eram um programa para construir um artifício político que dizia basear--se no nacionalismo. As pessoas

que defendiam a criação dos Estados-nação compreendiam a nação como uma ideia “progressista”, no sentido de que, para eles, seria capaz de organizar o Estado e desenvolver uma economia, tecnologia e força militar funcionais. Desse modo, ela “acabava sendo a unidade natural do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista” (Hobsbawm, 2001, p. 130).

Havia uma forte crença, portanto, de que um território coerente e bem definido pela terra ocupada pelas pessoas que faziam parte da nação – definida por sua história, língua própria, cultura e composição étnica – poderia construir a identidade coletiva. A nação era, assim, considerada uma coisa óbvia. Para Hobsbawm (2001), assim como para Hall (2003) porém, não há obviedade ou lógica nessa implicação. Hobsbawm afirma que os critérios de diferenciação de grupos são arbitrários, definidos no momento histórico no qual as nações são delimitadas. Hall traz uma perspectiva complementar ao afirmar, como já mencionado, que as identidades são formadas a partir de identificações geradas pela produção de sentidos das culturas nacionais sobre a nação, além de negar a possibilidade de que as identidades nacionais possam ser unificadas ou homogêneas como suas representações fazem parecer ser. Além disso, para Anderson (2005), as nações são diferenciadas pela forma como são imaginadas.

Segundo Anderson (2005), porém, o nacionalismo possui origem não só a partir de ideologias políticas defendidas para determinados fins, mas devido também à Comunidade Religiosa e o Reino Dinástico que precedem essas ideologias. De acordo com o autor, com o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas, houve uma mudança na forma como as pessoas passaram a perceber o mundo, o que possibilitou que a nação fosse pensada.

Mas o advento desse sentimento nacional, para Bobbio (1986), só se tornou possível graças à Revolução Industrial, que instaurou um cenário favorável com a criação de mercados de dimensões nacionais e a ligação de um conjunto de comportamentos econômicos, administrativos, políticos e jurídicos ao Estado. Contudo, para o autor, também foi necessária a existência de um sentimento da personalidade e afinidade básica de um grupo, não sendo a evolução do sistema de produção suficiente para provocar essa ligação. Assim, segundo ele, as nações foram formadas a partir de fatores econômicos e fatores de reconhecimento e identificação. Sobre essa identificação, Hobsbawm afirma que as nações são um artefato, algo construído, não uma formação espontânea, incorporando “características que membros de grupos humanos muito antigos tinham ou pensavam ter em comum, ou aquilo que os unia contra os ‘estrangeiros.’” (Hobsbawm, 2001, p. 142).

De acordo com Renan (1999) a nação é a “vontade de viver juntos”, “o desejo expresso de continuar uma vida comum”, formando uma grande solidariedade construída pelo

“sentimento de sacrifícios”. Para ele, ela pode ser definida como uma fusão das populações que a compõe. Parte do motivo pelo qual essa fusão é possível, segundo o autor, é o esquecimento, pois “a unidade sempre se faz de forma brutal.” (Renan, 1999, p. 147). Bobbio aponta que o conceito proposto por Renan carrega um problema pois, apesar de reconhecer e pontuar que houve uma imposição brutal no processo de formação das nações, o autor insinua que há uma adesão voluntária e espontânea. De fato, se a unidade foi feita de forma brutal, ela foi feita à força, o que contraria totalmente a ideia de algo voluntário e espontâneo. A conceituação de Renan soa como se os dominados, vítimas de imposições em nome dessa dominação, tivessem todo o direito de escolha e escolheram viver juntos e fazer sacrifícios pela nação. Se há dominação, logo, não há direito de escolha e, muito menos, solidariedade.

Podemos perceber que, desde a dimensão teórica do conceito, a ideia de nação pode carregar uma dimensão violenta da percepção e das ações relacionadas às identidades. Em nome da construção das nações em busca do desenvolvimento da sociedade burguesa e da criação de uma identidade coletiva, os grupos subalternos tiveram sua cultura apagada, sendo forçados a incorporar a cultura hegemônica ou ser considerado como um grupo inferior, como afirma Hobsbawm. Segundo Bobbio (1986), a finalidade da ideia de nação é criar e manter a fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado, tendo como elemento fundamental que justificaria essa fidelidade a ideia de laços naturais profundos. Ideia essa que foi criada e propagada através de conteúdos que disseminavam essa concepção de nacionalidade espontânea, impondo aos cidadãos características comuns. Sendo assim, o esquecimento mencionado por Renan (1999) não é espontâneo ou voluntário, mas também uma imposição. Como afirma Bhabha (1998), a violência que moldou a configuração das nações não deve ser esquecida. Esquecê-la seria o mesmo que legitimá-la e, por isso, ser obrigado a esquecer se torna base para recordar.

Bobbio (1986) constata que buscar nos indivíduos de forma subjetiva o que seria o “sentimento nacional” leva a compreender a nação como uma entidade ideológica. Ela é, de acordo com o autor, um reflexo da mente dos indivíduos de uma situação de poder e, portanto, uma ilusão que não representa nenhum grupo de maneira concreta. Para Bhabha (1998), porém, a nação denota mais complexidade, sendo ela

(...) uma forma de vida que é mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que *patrie*, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que o ‘sujeito’, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social. (Bhabha, 1998, p.199).

O autor dá ênfase, em diversas partes de sua reflexão, à ideia de unidade que constitui a concepção de nação, a qual nomeia de “metáfora progressista da coesão moderna” (p.). Para ele, assim como as nações se diferenciam entre si, o povo de cada uma é necessariamente heterogêneo, caracterizado pela diferença, sendo essa dita unidade uma ilusão, o que torna todo o discurso da nação coesa insustentável. Essa constatação ele chama de “interrupção metonímica”, o que significa que não se deve tomar uma parte pelo todo.

Segundo Hobsbawm e Ranger (1997), muitos movimentos ideológicos e instituições políticas, incluindo o nacionalismo, serviram-se da criação de tradições para engendrar um passado histórico longínquo. Para isso, foram criados símbolos, imagens e acessórios dos Estados-nações como, por exemplo, as bandeiras e hinos nacionais. Esses símbolos se tornaram tão representativos e ganharam tanta força que atestam a importância do sentimento de nacionalismo, sendo usados e exibidos como manifestação de orgulho, identificação e pertencimento. As chamadas “tradições inventadas” são definidas pelos autores como um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica - normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas - que visam inculcar padrões de comportamento e valores predefinidos, tidos como naturais, milenares e obrigatórios, através da repetição, aos membros que fazem parte de uma comunidade.

Essas práticas, por meio da constância, implicam uma continuidade em relação ao passado, criando uma espécie de narrativa das nações. Dessa forma, as tradições inventadas são elementos que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou definem as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais, segundo os autores. Assim, é possível concluir que as nações são construções feitas a partir de uma tradição construída que forja uma ideia de passado, que é construído de maneira conveniente e, então, a história e os símbolos passam a funcionar como ferramentas de legitimação de toda a ideia de nação, algo que dá respaldo para a busca pela unidade e a coesão social.

Em concordância, Bhabha (1998) constata que povo e nação são narrativas sociais e literárias, construções discursivas, sendo os indivíduos os sujeitos e objetos componentes incluídos através das estratégias de identificação cultural. O autor afirma, porém, que o povo representa o limite entre os poderes totalizadores e padronizadores da comunidade, sendo uma força contrária, que caminha em oposição.

Corroborando essas conceituações de nação como narrativas sociais e construções discursivas, Anderson (2005) defende que as nações são comunidades políticas imaginadas, sendo comunidades porque sem se considerar a desigualdade e a exploração que atualmente

prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Elas são imaginadas pelo fato de que

mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles. (...) De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas. (Anderson, 2005, p.6).

Para ele, as nações, além de imaginadas, também são intrinsecamente limitadas e soberanas. São limitadas pois, mesmo as maiores nações com bilhões de membros, possuem fronteiras bem definidas, sendo sua soberania resultado de conceitos iluministas de desenvolvimento político, econômico e social. Ele ressalta, em concordância com Bhabha, Hobsbawm e Ranger, que essas comunidades não são homogêneas nem integrais ou sequer preexistentes, mas precisam ser pensadas como se fossem, para que possam existir como comunidades e manter seus membros pelo sentimento de fidelidade. Sendo assim, as nações existem e se perpetuam enquanto os membros são fiéis a elas, dependendo da intensidade e da maleabilidade dessa lealdade, ou seja, se não há fiéis unidos pelo sentimento plantado de comunhão e lealdade, não há nação. É nesse sentido que a imprensa surge como maneira de unir o povo e manter vivo esse sentimento de comunhão e de lealdade para manter em vigor a nação idealizada. Nessa lógica, veremos que o Jornal Nacional inicia e se mantém como um instrumento de integração do povo brasileiro e de manutenção desses sentimentos que sustentam a nação.

Segundo Anderson (2005), um dos fatores que deram origem à ideia de nação foi a ascensão do que ele chama de *print capitalism* - podendo ser traduzido para capitalismo editorial ou impresso - surgido no século XVI. O que contribui para nosso entendimento do papel desempenhado pelos veículos midiáticos até a contemporaneidade para a fundamentação dessas referências de nação. Para ele, a dinâmica de edição, impressão e distribuição de jornais teve grande importância na formação da consciência coletiva da nação ao apresentar a simultaneidade pela percepção do tempo e possibilitar a identificação do indivíduo com uma comunidade imaginada.

Como referência ao papel da língua, Anderson menciona que, na formação do Estado moderno, com a necessidade de marcar os territórios a partir de alguma identificação, houve a promoção da alfabetização e a definição de uma gramática vernácula comum. Nesse contexto, as instituições, como as escolas, foram essenciais para disseminar e impor essa uniformidade nacional, regulamentando a língua e transformando-a em uma “língua nacional” escrita, formalizada e falada pelo povo. É necessário ressaltar que essa padronização foi feita pela

imposição do uso das línguas hegemônicas em adequação à identidade nacional definida como ideal. Através da adoção de uma língua oficial, marca-se a diferença, a percepção de outro, de externalidade com relação às línguas diferentes, não havendo um código compartilhado.

Dessa forma, a língua comum como código compartilhado se torna um espaço de identificação, de compartilhamento. Assim, a capacidade de ler e visualizar as narrações da nação faz com que a nação possa ser imaginada por seus membros, compondo uma comunidade imaginada. Essa situação, segundo o autor, permitiu a criação de um modelo para o Estado nacional oficial e independente que pudesse ser, então, replicado. A burguesia, no entanto, justamente pelo acesso a recursos os quais permitiram que pudesse compor o público leitor antes das classes inferiores, foi a primeira a construir uma solidariedade a partir de uma base essencialmente imaginada, como aponta Anderson. Além disso, como detentora dos meios de produção, a burguesia também era a classe que comandava o que era narrado nos materiais editoriais. Essa situação nos permite perceber que a nação é construída e reconstruída, mais essencialmente pela burguesia, pela dominação que essa classe possui sobre as narrativas editoriais de cada nação.

Além do material editorial, estão incluídos nessa lógica, segundo o autor, os documentos confeccionados por instituições nacionais oficiais que veiculam e disseminam seus discursos como os censos, os museus, os mapas, entre outros. Em conjunto, tudo o que é produzido pelas instituições oficiais também moldou a forma como o Estado colonial construía seu domínio, resultando na ideia de nação existente na atualidade. Assim, as narrativas sobre a nação são disseminadas, atualmente, em jornais, revistas, produções de cinema, publicidades, discursos políticos, jogos esportivos, etc. Para Neto (2017), a imprensa capitalista catalisou novas formas de estabelecer laços fraternais, as comunidades imaginadas. Segundo ele, no âmbito do jornalismo, é possível perceber duas maneiras como as narrativas jornalísticas possibilitam a imaginação da comunidade, tornando o mundo imaginável visível, aparente, sendo a primeira pela imaginação da vida dos personagens que compõem as narrativas e a segunda pela percepção de que outras pessoas podem estar lendo as mesmas notícias.

[...] a analogia entre as narrativas jornalísticas, o exterior e a vida do leitor estabeleceu-se de duas maneiras distintas. Primeiro ocorre por intermédio da lógica novelesca diária do jornal, reforçada pelo calendário. Quando os leitores recebem as narrativas discursivas sobre a vida de outros homens durante um curtíssimo período, que cessa com o fim da notícia, ficam a imaginar a vida daqueles mesmos homens, que vivem no mesmo território ou se distinguem justamente por viverem em territórios diferentes. Isso instiga a percepção de que existem outros homens que vivem simultaneamente a mesma realidade temporal, formando uma “comunidade imaginada”. A segunda maneira ocorre enquanto o leitor lê o jornal e percebe que outros homens, em qualquer parte do planeta, podem estar a ler as mesmas notícias. (Neto, 2017, p. 290)

Portanto, apoiados em Anderson (2005) podemos concluir que a nação é uma ideia inserida na consciência coletiva que foi concebida, em grande parte, por meio da língua, tendo surgido na modernidade, apesar das raízes pré-modernas. Essa ideia foi disseminada através de práticas culturais e administrativas dos Estados modernos, visando construir uma unidade - que possibilitaria o desenvolvimento da nação – e uma fidelidade, que a mantém em vigor através de narrativas. A partir disso, podemos constatar que a imprensa possui e mantém um papel de extrema relevância no imaginário social sobre a nação, o que nos permite refletir também sobre a importância do telejornalismo, nessa lógica, na contemporaneidade.

2.2 O produto Jornal Nacional e a construção da nação brasileira

De acordo com Coutinho e Musse (2010), a construção dos laços sociais que caracterizam uma identidade histórica e afetiva de nação se dá, na contemporaneidade, especialmente por meio das narrativas televisuais, sendo elas de caráter ficcional ou nos telejornais. A partir disso, a televisão se torna uma poderosa e popular ferramenta de disseminação de discursos, tornando-se um meio de comunicação capaz de atingir uma grande massa e reunir pessoas que, remotamente, assistem a uma mesma programação.

Esse caráter de simultaneidade da televisão teve início no Brasil em 1969, quando o governo militar inaugurou a Rede Básica de Microondas que passou a permitir a transmissão de programas ao vivo para várias cidades do Brasil por ondas de radiodifusão, sem que fosse necessário enviar fitas por avião ou outras soluções menos práticas. Essa inauguração, porém, não foi por acaso. Ela fazia parte de um projeto político maior: o Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo governo do general Emílio Médici (1969-1974), que planejava investimentos econômicos envolvendo o território amazônico e a região Nordeste.

Segundo Guidolin (2007), a partir desse novo modelo de envio de programas, as relações de trocas entre emissoras, que não demandavam fidelização de compradores aos vendedores ou qualquer exclusividade de fornecimento, deram lugar a um formato muito mais rígido das redes centralizadas de televisão. Para que pudessem se afiliar a uma rede, as estações regionais firmaram o compromisso de exibir somente programas adquiridos da nova geradora da programação. A partir disso, o país inteiro passou a compartilhar conteúdo de uma só programação, sob o domínio do governo.

Coutinho e Musse discorrem sobre como os telejornais, ao se tornarem o principal meio de informação da grande maioria da população brasileira, passaram a ser uma espécie de praça pública, como ponto de encontro dos cidadãos com o social. As narrativas exibidas constituem, segundo Coutinho (2003), uma dramaturgia, ou seja, conflitos narrados formados a partir da contagem de histórias em um padrão de construção de reportagens com elementos dramáticos como imagens, texto predefinido e som, incluindo trilhas sonoras. Através dessas narrativas, os programas jornalísticos “apresentam e representam a realidade aos brasileiros, e contribuem para a construção de sua própria identidade como cidadãos.” (Coutinho e Musse, 2010, p.2). Dessa forma, as informações e narrativas transmitidas nos telejornais passaram a compor parte significativa da noção dos brasileiros sobre o seu próprio povo e país, suas referências e noções do social.

Além disso, ao possuir o poder de apresentar e representar aspectos da realidade do Brasil e dos brasileiros, os telejornais também contribuem para a construção dessa realidade a partir das escolhas do que irá fazer parte ou não das narrativas e, portanto, do entendimento dos indivíduos sobre a nação, assim como a percepção de outros países sobre o Brasil. Sendo assim, os critérios que direcionavam as escolhas eram definidos pelo governo e criavam a imagem do Brasil na consciência coletiva. Uma dessas escolhas, logo de início, segundo Guidolin, foi a difusão da imagem do Brasil Sudeste como identidade nacional, por meio dessa programação única. Desse modo, como afirma Priolli (2001), a identidade nacional passa a ser fortemente mediada pelo ponto de vista das duas maiores metrópoles do país, como discutimos mais adiante.

Partindo dessa reflexão, é simbólico o fato de que o primeiro programa de televisão exibido em rede no país tenha sido, justamente, um telejornal: o Jornal Nacional (JN) - criado e transmitido no Rio de Janeiro (sede), pela Rede Globo - no dia 1º de setembro de 1969. Desde sua estreia, o Jornal Nacional é o principal telejornal em rede da Globo, assim como de todo o país, sendo líder de audiência em horário nobre – referente ao período da noite, quando o espaço comercial é mais caro. Em mais de 50 anos de exibição, ele carrega credibilidade a nível nacional e internacional, tendo, atualmente, como editor-chefe e apresentador William Bonner, como editora-chefe adjunta, Cristiana Souza Cruz, e editora-executiva e apresentadora Renata Vasconcellos. Os programas fazem, em torno de 45 minutos de duração, a cobertura do que o veículo julga ser as principais notícias do Brasil e do mundo, diariamente. Essa seleção, porém, pode ser questionada ao observarmos que grande parte das notícias são do eixo Rio, São Paulo e Brasília, ou seja, há uma concepção de que os acontecimentos desses locais são os acontecimentos de maior interesse nacional.

Em sua primeira exibição, o apresentador Hilton Gomes definiu o produto como “um serviço de notícias integrando o Brasil novo [...] imagem e som de todo o Brasil”¹. É importante frisar aqui que o “Brasil Novo”, nesse contexto, era o Brasil da ditadura militar e que a palavra “integração” e seus derivados eram muito utilizados nesse período – compondo, inclusive, o nome do projeto (PIN) militar já mencionado – pelo governo e pela mídia em referência à idealização de um país conservador. O cenário do país, nesse período, contava com política desenvolvimentista, que utilizava e construía símbolos da nação brasileira e de um patriotismo excludente e opressor.

Segundo Ribeiro (2004), o slogan utilizado pelo JN, na época, era “A notícia unindo seis milhões de brasileiros”, sendo esse número referente à quantidade de pessoas que possuíam um aparelho de televisão, tendo acesso ao Jornal Nacional. Um outro slogan também utilizado pelos apresentadores do programa, mais tarde, dizia “Três anos de liderança integrando o Brasil através da notícia”. Para atingir o objetivo de reunir o país em torno de uma mesma programação, o Jornal Nacional definiu, de acordo com Ribeiro (2004), que as matérias deveriam ser de “interesse geral” e não “regionais” ou “particularistas”, com assuntos que chamassem atenção tanto do telespectador do Norte, quanto do Sul. Em concordância, Gomes (2005) afirma que, dessa maneira, se iniciou a pretensão de “cobrir” o país e “integrar” os estados através da notícia, ao passo em que também definem o que chamam de “interesse geral”.

Tendo não só abrangência nacional como se autointitulando um produto nacional, representativo da nação brasileira, é perceptível que havia uma forte intenção de que o programa fosse reconhecido como a principal referência noticiosa do país, capaz de integrar a nação e compor a rotina dos brasileiros. Essa representação, no entanto, pode ser entendida como uma representação idealizada, uma vez que os grandes nomes que ocuparam a bancada de apresentadores eram apenas cariocas, como Renata Vasconcellos e Fátima Bernardes, e paulistas como William Bonner, que apresentam o falar padrão do noticiário. Outras questões identitárias também podem ser observadas em relação às pessoas que tiveram a oportunidade de assumir a posição de apresentadores do telejornal, como o fato de que a primeira vez que uma mulher negra, a jornalista Maria Júlia Coutinho, assumiu oficialmente a apresentação do JN foi apenas em fevereiro de 2019, no mesmo ano em que o programa completou 50 anos.

Em relação aos mediadores (repórteres, apresentadores e comentaristas), Gomes (2005) afirma que eles são a “cara” que representa o JN. Nesse sentido, o programa empresta a eles

¹ Citado na matéria de Memória Globo, publicada no dia 12 de abril de 2010, atualizada no dia 11 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em: 10/08/2023.

uma identidade forte, porém temporária e, assim, eles representam e traduzem todo o sentido de tradição e conservadorismo construídos do telejornal. Assim, é possível perceber que são feitas escolhas dos apresentadores que a emissora julga como mais adequados a personificarem o Jornal Nacional, baseadas na identidade padrão sudestina que pretendia-se construir.

Após Cid Moreira e Sérgio Chapelin ocuparem a bancada por 27 anos, entram William Bonner e Lilian Witte Fibe, recebendo o título de “âncoras” – sendo os apresentadores que coordenam, conduzem e narram os acontecimentos –, um novo conceito que reforça ainda mais o apresentador como a “cara” do telejornal, passando também a responder pela editoria dos jornais. A partir de então, o JN passa a adotar um modelo, sendo apresentado, via de regra, por um apresentador homem e uma apresentadora mulher. Esse modelo, segundo Paternostro (1999), se baseia nos telejornais americanos, dos quais foram replicados o estilo de linguagem, a construção de narrativas e a figura de repórter de televisão.

Quando Lilian Witte se despede e dá lugar à Fátima Bernardes, a nova dupla William Bonner e Fátima Bernardes, que tinha um relacionamento romântico real, passa a ser o casal modelo do jornalismo brasileiro, como afirma Gomes (2005). Para a autora, o exemplo do casal feliz, bonito e bem-sucedido é peça fundamental na composição do “território limpo, discreto, quase asséptico do programa”. Segundo ela, os dois eram discretos, não demonstrando sinais de que eram um casal em gestos ou comunicação entre si, que quase não ocorria, para não desviar a atenção da notícia. O público, todavia, tinha ciência de que se tratava de um casal da vida real e, desse modo, vê-los juntos apresentando o telejornal era quase como acompanhar uma novela com personagens reais, o que também era positivo tanto para a imagem do telejornal - tendo em vista que se tratava de um casal padrão, como idealizado pelos conservadores -, quanto em questão de gerar ainda mais interesse pelo programa (Gomes, 2005).

De acordo com Roldão (1997), em 1968, um ano antes da primeira exibição do Jornal Nacional, o proprietário da Globo, Roberto Marinho, teve todo o apoio dos militares para legalizar a TV Globo, durante o governo de Costa e Silva. Sobre essa relação, Pompeu (1986) atesta que a Rede Globo sempre foi uma espécie de filha predileta do Regime Militar, se mantendo de “braços dados” com o governo do primeiro ao último presidente. É importante frisar que ter um telejornal que pudesse unir o Brasil simbolicamente era de interesse dos militares para legitimar a ditadura e seus feitos, construindo, assim, a imagem de um país desenvolvido e unificado, construindo uma ideia de nação brasileira, ao mesmo tempo que realizavam outras ações no país, como a construção da rodovia Transamazônica. Tratava-se também de um interesse comercial levado a frente por Roberto Marinho, que estava o tempo inteiro em negociação com os militares do governo para construir uma rede hegemônica de

comunicação. Não podemos apontar com certeza quem era a influência de quem, mas com certeza consideramos as trocas e os benefícios que a parceria rendeu a ambos: Rede Globo e governos militares. Tais benefícios foram assumidos no editorial², publicado pelo jornal O Globo em 2013 e lido no Jornal Nacional, no qual a rede de televisão se retrata pelo editorial de 1984 – em que Roberto Marinho exalta os feitos da "Revolução Gloriosa" - e assume que o apoio à ditadura foi um "erro".

Ao estabelecer essa aliança com o Estado autoritário, como afirma Ortiz (1996), a Globo possibilitou que os objetivos de “integração nacional” e afirmação da identidade nacional pudessem ser concretizados no domínio do sistema televisivo, sendo um instrumento ideológico conservador fundamental nesse sentido. Assim, o JN, além de ter sido veículo de construção e disseminação da ideia de nação brasileira, servia também como uma ferramenta de propaganda do governo, não só ao noticiar seus grandes feitos, mas sendo a própria rede de televisão um grande feito dos militares.

Para Gomes (2005), o principal pacto estabelecido com a audiência do Jornal Nacional se dá em relação ao recorte dos fatos "mais importantes" do cotidiano do país que seria, assim, privilegiado pelo noticiário. Desse modo, há um acordo silencioso entre o público e o telejornal, no qual o segundo oferece uma seleção de notícias como as mais relevantes do momento e o primeiro acredita nessa equivalência. Além disso, segundo a autora, o JN possui um papel de organização do mundo, organizando o fluxo de acontecimentos e atribuindo sentido a eles. De acordo com ela, tudo isso é feito através de uma elaboração retórica, apresentando os "dois lados da notícia", além de os apresentadores não emitirem opiniões explícitas - ainda que transpareçam juízos de valor através de expressões faciais, o que os aproximam dos fatos e os unem com o público. Esses fatores, segundo Gomes, são, respectivamente, característicos da construção da credibilidade e da imparcialidade autorrefenciadas do telejornal. Além disso, apoiados em Moraes (2019), podemos afirmar que os recortes narrativos, as escolhas de fontes e a própria escolha das matérias consideradas de relevância também compõem a subjetividade do jornal.

Outros fatores que constroem a credibilidade do JN, listados por Gomes (2005), são a presença rotineira de especialistas, dados estatísticos, números e gráficos, que dão ao noticiário um caráter didático – que são aspectos definidores de um jornalismo padrão, de referência. Além disso, ela ressalta a onipresença – “na totalidade” do território considerado pela emissora

² Editorial de Memória O Globo, publicado em 2013. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 10/08/2023.

como nacional – desse veículo, estando as equipes sempre no local das ocorrências prontos para noticiá-las, graças ao poder econômico e tecnológico da Rede Globo. O telejornal transmite entradas ao vivo de repórteres, distribuídos em alguns locais do país e do mundo, que recebem destaque por seu trabalho na cobertura dos acontecimentos. O ao vivo, segundo a autora, se caracteriza como um forte fator de credibilidade da notícia, ao apresentar imagens no momento em que são capturadas, sem um trabalho de edição. O telejornal, dessa forma, formata sua credibilidade e narra o que considera relevante para o país, construindo na mente dos brasileiros a ideia do que somos como unidade, como nação, a comunidade imaginada brasileira com base no que é apresentado, sendo a própria figura dos apresentadores parte dessa narrativa como representação. Essa credibilidade constantemente reforçada pelo JN, portanto, acaba sendo um mecanismo de reforço e busca por legitimação de uma identidade brasileira e da ideia de nação proposta e transmitida por ele.

Sendo um instrumento de construção da percepção de nação, o telejornalismo, segundo Coutinho e Musse (2010), cria uma “cartografia da Nação”, levando em conta critérios altamente subjetivos. Essa cartografia é definida pelas autoras como a uma espécie de representação imagética da nação criada pelos telejornais ao associar em seus noticiários alguns estados, cidades e bairros a uma noção de bem-estar, ao contrário de outras.

De acordo com Ribeiro (2004), a divisão no jornalismo da Rede Globo entre o jornalismo local e o nacional fez com que a capacitação e o aperfeiçoamento dos jornalistas se tornassem uma prioridade. Havia sido feita a definição de um “padrão nacional”, a partir de um congresso de filologia que ocorreu em Salvador, em 1956, “no qual ficou acertado que a pronúncia-padrão do português falado no Brasil seria a do Rio de Janeiro, com algumas restrições. Os ‘esses’, não poderiam ser muito sibilantes e os ‘erres’ não poderiam ser muito arranhados, guturais” (Ribeiro, 2004, p. 123). Nesse contexto, segundo a autora, foi criado o Prodetaf (Projeto de Desenvolvimento do Telejornalismo das Afiliadas) e os profissionais começaram, então, a passar por um treinamento na sede da Globo, no Rio de Janeiro, objetivando minimizar as distorções entre diferentes regiões do Brasil e criar um padrão de qualidade no telejornalismo de todas as emissoras da Rede Globo. Glória Beuttenmüller era a fonoaudióloga que treinava os jornalistas, desde 1974, e esse treinamento incluía um trabalho de uniformização dos sotaques regionais. Assim nasceu o “falar-padrão da Rede Globo: um falar que não pertence, de fato, a nenhuma cidade do Brasil. Poder-se-ia denominar o falar do Jornal Nacional, o falar da ‘Via Dutra’, do eixo Rio-São Paulo.” (Mendes, 2006, p.21-22).

A fonoaudióloga compartilhava da ideia de que o sotaque poderia comprometer o entendimento da informação e roubar a atenção da notícia, como apontam os manuais sobre os

quais falamos no primeiro capítulo deste trabalho. Ela justifica seu trabalho afirmando que criou um padrão, porém não teria anulado a pronúncia regional, tendo, segundo ela, apenas a suavizado para haver maior compreensão nacional do noticiário (Ribeiro, 2004, p. 123). Apesar de dar essa justificativa, ela menciona o fato de seu trabalho ser criticado por muitas pessoas que alegam que todos falam igual na emissora. Se há uma percepção, por parte de muitas pessoas, de que todos falam igual, significa que as marcas de oralidade que identificam a origem dos falantes deixam de ser perceptíveis, não podendo o trabalho da fonoaudióloga ser considerado apenas uma pequena suavização, mas uma eliminação da diferença, um apagamento da diversidade cultural. Tudo isso sendo chamado de padrão de qualidade pela Globo.

Apesar de a fala-padrão da Rede Globo não ser um falar exatamente igual ao de nenhuma cidade do Brasil, ele ainda é um falar do eixo Rio-São Paulo por possuir marcas características dessas duas metrópoles, definido como padrão oficialmente pela rede de televisão para reforçar uma identidade idealizada. Portanto, assim como afirma Mendes (2006), não se pode afirmar que o falar do Jornal Nacional não possui sotaque ou que seja um sotaque neutro, mas sim que possui um sotaque que transita no eixo Rio-São Paulo. Dizer que o falar do telejornal é neutro seria o mesmo que negar o fato de que todos os falantes possuem sotaque, legitimar a falsa ideia de que os sotaques do Rio de Janeiro e de São Paulo são “neutros” – algo que não existe foneticamente - além de ignorar o fato de que a definição desse modo de falar foi uma escolha com critérios bem definidos, com clara intenção de padronizar para o modo de falar dessa região.

Guidolin (2007) discorre sobre como o “padrão Globo de produção” é muito discutido, mas pouco conhecido em sua essência. Para ela, há uma confusão tanto entre os detratores da rede - que entendem “padrão de produção” como “conteúdo educativo” ou cultural (em um sentido elitista), – quanto entre os admiradores – que entendem como o que chamam de “qualidade” dos programas, de acordo com os próprios gostos. Ela argumenta que padrão de produção seria a criação de rotinas internas e de equipes técnicas capazes de realizar, com regularidade e frequência, programas que atendam a alguns critérios mínimos definidos pela emissora. Tais critérios vão desde a exigência de uma qualidade técnica e estética mínima ao compromisso de apresentar conteúdo correspondente às preferências e aspirações de seus públicos. Com esse padrão com critérios predefinidos, a autora afirma que se pode questionar até que ponto realmente há uma abertura para o regional, já que a própria rede entende os sotaques como algo que deve ser minimizado para atingir um padrão de qualidade.

Assim, apoiados em Anderson (2005) observamos que a nação brasileira é uma comunidade imaginada e que grande parte do que é essa comunidade no imaginário dos brasileiros se forma graças ao que é transmitido pela mídia, especialmente pelos telejornais. Sendo o Jornal Nacional o primeiro e maior telejornal do país, é evidente o papel que esse veículo teve e continua tendo na formação da ideia de nação e na construção de uma identidade brasileira, uma identidade excludente, baseada nas duas grandes cidades escolhidas para representar o país pela hegemonia que exercem em relação às demais regiões. O fato de o Jornal Nacional ter nascido durante a ditadura militar, tendo todo o apoio dos governantes e contribuindo para a proposta de integração nacional objetivada por eles, evidencia suas raízes conservadoras que continuam a moldar suas práticas até os dias atuais. Dessa forma, é importante enfatizar o poder que o JN possui de transmitir valores a serem vistos como ideais para a nação e moldar a percepção do que condiz ou não com tais valores, graças também à credibilidade que esse telejornal construiu e reforça ao longo dos anos.

3. Caminhos metodológicos

Este estudo analisa a execução e a repercussão da proposta inédita da Rede Globo de trazer os sotaques para a programação do Jornal Nacional, discutindo uma proposta de variação de sotaques nesse produto autodenominado nacional, as consequentes limitações de representatividade e os estereótipos difundidos na condução dos programas, relacionando-os à construção de imagens das regiões brasileiras, a partir de uma análise dos modos de endereçamento que articulam a programação do telejornal com comentários feitos pela audiência no Twitter.

A programação especial, realizada em 2019, foi dividida em 14 semanas, do dia 31/08 a 30/11, conduzidos por 14 duplas de 28 apresentadores e apresentadoras de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal. Os âncoras faziam parte de diferentes afiliadas e emissoras da Rede Globo e foram sorteados para apresentar o telejornal por um sábado, cada dupla. O programa, que completou 50 anos no dia 1º de setembro do mesmo ano, possuía fortes paradigmas, ao seguir e impor um padrão que criou uma identidade nacional, conceito discutido na base teórica deste trabalho. A dinâmica comemorativa de 50 anos surgiu então, como uma proposta de quebrar os próprios paradigmas do telejornal, ao trazer, como afirmado por Renata Vasconcellos ao anunciar a dinâmica, os sotaques de todo o Brasil para o programa em horário nobre.

Nesse sentido, analisamos esse rompimento, considerando referências bibliográficas abordadas nos capítulos teóricos, que tratam do produto Jornal Nacional, do Padrão Globo de Jornalismo, do Projeto de Desenvolvimento do Telejornalismo das Afiliadas (Prodetaf) e das práticas adotadas pela emissora para neutralizar os sotaques de jornalistas que já passaram pela emissora, que buscam manter um "padrão de qualidade", com vistas à criação de uma identidade nacional.

Como um exemplo que tomamos de referência, está o caso de um dos apresentadores que fez parte do especial, o jornalista Márcio Bonfim, apresentador do NE2, convidado para representar o estado de Pernambuco. Trata-se de um jornalista nascido em 1980 no estado de

São Paulo, também formado em São Paulo pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), que foi para Pernambuco apenas em 2006. Em relação à apresentação de Márcio Bonfim, encontramos o estudo *A Performance do “Sotaque Pernambucano” no Especial de 50 anos do Jornal Nacional*, de 2021, que investiga e analisa como o sotaque foi performado pelo apresentador nessa edição de abertura do projeto que prometia a inclusão dos sotaques. O estudo concluiu que a participação do jornalista cumpriu os rituais padronizados pelo telejornal e refuta a possibilidade de que ele tenha representado o “sotaque pernambucano” afirmando que sua performance não foi sequer o comumente identificado no falar recifense. Além disso, o autor complementa que, a ideia que se firma diante disso é que a emissora não se atentou às especificidades linguísticas para uma representação mais efetiva dos sotaques do Brasil.

Desse modo, de acordo com o estudo, a proposta do especial de 50 anos do JN quebra um paradigma enquanto proposta, mas não se sustenta na prática. Ainda como conclusão, o estudo também constata que houve uma simplificação na abordagem de aspectos linguísticos, ignorando variações que coexistem em uma mesma região. Além disso, menciona, também, o fato de a padronização de sotaques ainda afetar a dedicação de jornalistas para garantir vagas na apresentação de atrações jornalísticas nacionais. Este estudo, portanto, é considerado como referência para condução da análise e nos ajuda na reflexão sobre a presença dos sotaques nesse Especial.

No que se refere aos nossos operadores de análise, destacamos a busca em torno dos “modos de endereçamento” no Jornal Nacional. Se trata de um conceito que foi pensado inicialmente na teoria cinematográfica crítica, com o intuito de compreender as relações que se estabelecem entre o texto de um filme e a experiência de seu público, segundo Ellsworth (2001). De acordo com a autora, ele parte do pressuposto de que os produtores de um filme tentam estabelecer um perfil de espectadores a quem o filme se destina, pessoas que eles imaginam que irão assistir e se identificar com o mesmo. Nesse sentido, as decisões sobre a estrutura de narrativa, o texto e todos os outros elementos que compõem o filme são tomadas através desses pressupostos conscientes e inconscientes sobre seus públicos, de modo a tentar promover uma ligação sólida entre o filme - que possui perfil de público imaginado - e sua audiência real. Dessa forma, o que definiria o sucesso de um filme seria o quão fiel seria essa previsão, se equiparando com a audiência real. Além disso, esse conceito também infere que, se é possível fazer escolhas imaginando um certo tipo de público, também é possível manipular a resposta do espectador a esse filme, o convocando a uma posição de sujeito a partir do qual ele deveria assisti-lo, além de ser possível também ensiná-lo a resistir a essa posição. Ellsworth afirma,

porém, que embora um filme possa criar uma maneira adequada de endereçamento a um tipo de espectador ideal/médio, na prática, ele erraria o alvo.

De acordo com Rocha (2011), com o reconhecimento da pluralidade da vida social e da expressão individual, foram desenvolvidas pesquisas empíricas, notando-se que a ideia de modos de endereçamento não se limita ao interior do texto, não podendo ser pensado de forma estática, mas dinâmica. Assim, com a emergência do conceito de cultura como produção de sentido, elemento constituinte de nossa sociedade e da realidade da qual compartilhamos, o conceito de modos de endereçamento passa a ser percebido, de acordo com a autora, como um evento que transita entre o social e o individual, ocorrendo em um espaço social, psíquico ou ambos, entre o texto do filme e os usos dele feitos pelo espectador. Ellsworth passa, então, a caracterizar os modos de endereçamento como escolhas elaboradas pela instância produtiva em detrimento de outras possíveis para a realização de um filme – o que, segundo Rocha, pode ser estendido para produtos midiáticos em geral. Essas escolhas são, para Ellsworth, construídas com base no estabelecimento de um determinado tipo de relação com o público, de caráter histórico, envolvendo também expectativa e desejo.

De forma complementar, Rocha menciona que, para Chandler (2010), os modos de endereçamento são as maneiras como as relações entre endereçador e endereçado são construídas em um texto, para estabelecer a comunicação, e que as marcas disso podem ser encontrados no próprio texto. Desse modo, as suposições feitas sobre o público definem também o produto, já que as escolhas de construção do produto se basearão no suposto público.

Apoiados em Rocha, portanto, entendemos que o ponto de encontro entre um produto e o público se constitui na cultura, nos modos como as estratégias empreendidas nas escolhas de produção se baseiam em um conjunto de sentidos e entendimentos compartilhados de maneira ampla em um contexto histórico-cultural. Assim, o conceito de modo de endereçamento se trata de algo que é próprio de um texto e do tipo de relacionamento que se quer construir com o público-alvo, se instituindo e se fundamentando por intermédio da cultura.

Rocha (2011) cita que, para Hartley (1982), as instituições televisivas constroem para si uma imagem de audiência unificada e lidam com necessidades que competem entre si: a de apelar a uma ampla diversidade de públicos e a de manipular esses públicos ao ponto no qual possam ser atingidos pelos produtos. Além disso, segundo ela, Hartley aponta que os modos de endereçamento dizem respeito ao tom de um determinado telejornal, o que o diferencia dos demais. A mensagem passada em um programa, desse modo, deve incluir uma orientação para seus endereçados - sobre quais se tem uma concepção abstrata de quem são.

De maneira complementar, Gomes (2005) aponta que o conceito de modos de endereçamento nos leva não apenas à imagem da audiência, mas ao estilo, às especificidades de um determinado programa. Essa perspectiva, considerando a cultura na qual estamos inseridos e a ideia de nação presente na mente do espectador, transmitida pelo próprio Jornal Nacional, nos permite observar como o estilo desse telejornal é pensado a partir de como ele quer ser visto e da ideia que a emissora tem de sua audiência. Ideia essa que se baseia na identidade nacional que a própria tem construído, conforme já apresentamos anteriormente.

Sobre isso, Pompeu (1986) afirma que a Globo procurou formar um público básico para seu salto, das classes C e D. Complementando essa informação, Guidolin (2007) aponta que Leal Filho, autor da revista “Carta Capital” revelou que a reunião de pauta do JN é feita de forma superficial e que o telespectador médio é, na redação, apelidado de Homer Simpson.

Professores de ensino superior de nove universidades diferentes do país, a convite da empresa, foram conhecer um pouco do funcionamento do Jornal Nacional e, segundo Laurindo, ficaram perplexos com o que viram e ouviram. O professor da Escola de Comunicações e Artes da USP relata que a escolha dos principais assuntos a serem transmitidos para milhões de pessoas em todo o Brasil, dali a algumas horas, é feita superficialmente, quase sem discussão. Bonner informa sobre uma pesquisa realizada pela Globo que identificou o perfil do telespectador médio do Jornal Nacional. Constatou-se que ele [o telespectador] tem muita dificuldade para entender notícias complexas e pouca familiaridade com siglas como BNDES, por exemplo. Na redação, foi apelidado de Homer Simpson. (Guidolin, 2007, p.27-28)

A Globo, nesse sentido, cria uma ideia estereotipada sobre seu público, para quem difunde uma ideia de nação e de identidade unificada, que passa a ser compartilhada pelos brasileiros sobre seu próprio povo, e, então, cria um estilo próprio visando estabelecer uma comunicação eficaz com o telespectador. As estratégias que caracterizam o estilo do telejornal usadas pela emissora para atingir esse objetivo são os aspectos que reforçam sua credibilidade e imparcialidade já citadas, além das marcas que caracterizam um telejornal, como a temática, o formato, o cenário e os apresentadores, os quais o identificam como um programa do gênero telejornalístico, sendo visto como um “telejornal-referência”. (Gomes, 2005)

Além disso, segundo a autora, o JN mantém a mesma dinâmica desde o início: apresentação do patrocinador, chamada com anúncio com as principais manchetes de forma ágil e convocando diretamente o telespectador para chamar sua atenção e noticiário desenvolvido em uma estrutura de blocos até os créditos finais. O telejornal ainda conta com matérias no clássico formato *off* com passagens, sonoras e outros elementos muito presentes no gênero. Outro aspecto que se pode observar, nesse sentido, é o cenário que, apesar de ter sido atualizado ao longo dos anos, mantém sua essência, paleta de cores e distribuição dos elementos. (Gomes, 2005) Em suma, tudo isso cria e reforça uma identidade que influencia a forma como o telespectador interage com o programa, o convidando a assisti-lo a partir da

posição de sujeito que ele espera que ele assuma. Porém, como discutido, esse encontro entre a mensagem - construída de acordo com a imagem que se tem do público - e o telespectador real, muitas vezes não se dá da forma pretendida, como afirma Rocha (2011), gerando críticas que podem ser observadas nas redes sociais.

Essa busca em torno dos modos de endereçamento, portanto, se realiza a partir do cruzamento entre as informações obtidas nos programas especiais acessados pela plataforma *Globoplay* e a análise da repercussão, feita a partir de uma seleção de comentários de usuários das redes sociais, principalmente do Twitter - por meio de pesquisa pelas palavras-chave relacionadas ao assunto na ferramenta de busca da plataforma -, sobre o Especial. As palavras-chave pesquisadas em combinações variadas foram: JN; Jornal Nacional, 50 anos, Especial, #JN, #JN50, sotaque, sotaques, Nordeste, nordestino, Norte, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Sergipe, sergipano, Ceará, cearense, Pernambuco, pernambucano, Maranhão, maranhense, Rio Grande do Norte, potiguar, Alagoas, alagoano, Bahia, baiano, Piauí, piauiense, Paraíba, paraibano, Lyderwan, Jessica Senra, Giovanni Spinucci, Taís Lopes, Lídia Pace, Marcelo Magno, Larissa Pereira, Filipe Toledo, Márcio Bonfim, Bonner, Macapá, internet, representatividade, representou, representa, representando, estereótipo, oxente, sardinha, arretado. Com essas buscas encontramos mais de 120 *tweets*. Os *tweets* nos ajudam a compreender esse encontro entre os modos de endereçamento e a forma como o público, principalmente aqueles que fazem parte das regiões estigmatizadas, recebeu a proposta e a execução do Especial.

Inicialmente, assistimos a todos os episódios do Especial de 50 anos, observando as expressões orais de todos os apresentadores, a forma como representaram o papel de âncoras, as expressões usadas em suas apresentações, os comentários feitos por eles na bancada e as reportagens executadas. Fizemos, então, anotações sobre todos os aspectos que mais nos chamaram a atenção, pensando os conceitos aqui trazidos em nossos referenciais teóricos, agrupando-os em categorias de sentido que têm a ver com: a representação dos sotaques, representatividade, estereótipos e aspectos que representam a quebra de paradigmas do telejornal, trazendo desdobramentos que consideramos positivos. Em seguida, fizemos as buscas no Twitter pelas palavras-chave já mencionadas e separamos os *tweets* encontrados também nessas mesmas categorias de sentido para compor a análise. Por último, analisamos os elementos da fala de Lyderwan, de modo a reconhecer elementos de variação e de permanência a partir do que os manuais e o padrão de qualidade da Rede Globo indicam como regra, buscando também compreender as consequências dessa padronização na comunicação, que apresentamos em nosso último capítulo.

Para o primeiro movimento analítico, dedicamo-nos ao programa apresentado por Lyderwan Santos, convidado para representar o sotaque de Sergipe. Baseamo-nos no estudo de Borges e Telles (2021), iniciando uma pesquisa no campo dos estudos linguísticos com dois enfoques essenciais: a realização das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ e das consoantes /t/ e /d/ antes da vogal alta /i/, por se tratarem, como afirma os autores, de duas das marcas mais importantes quando se trata dos falares nordestinos.

No segundo movimento, observamos as limitações no que se refere à representatividade trazida pelos âncoras, com maior enfoque em Giovanni Spinucci, Márcio Bonfim, Thiago Rogeh e Lyderwan Santos, convidados para representar, respectivamente, Maranhão, Pernambuco, Tocantins e Sergipe, por se tratarem de jornalistas do sudestinos e pela forma como seus sotaques foram apresentados nos programas.

Já o terceiro ponto de análise considera os estereótipos reproduzidos na condução dos programas, trazendo uma visão geral que combina a observação de matérias produzidas e apresentadas nos programas que fizeram parte do Especial, algumas expressões usadas por Taís Lopes, do Ceará, Larissa Pereira, da Paraíba e Filipe Toledo, do Alagoas, e uma fala de William Bonner sobre o município Macapá. Nesse ponto, refletimos sobre como esses estereótipos contribuem para a construção das imagens das regiões brasileiras.

Por fim, nossa análise olha para contradições e alguns pontos positivos do Especial que representam rompimentos em alguns paradigmas do Jornal Nacional e da Rede Globo, que nos permitem manter um olhar otimista, principalmente em relação aos desdobramentos desse Especial.

4. O cruzamento entre representações e recepção do público

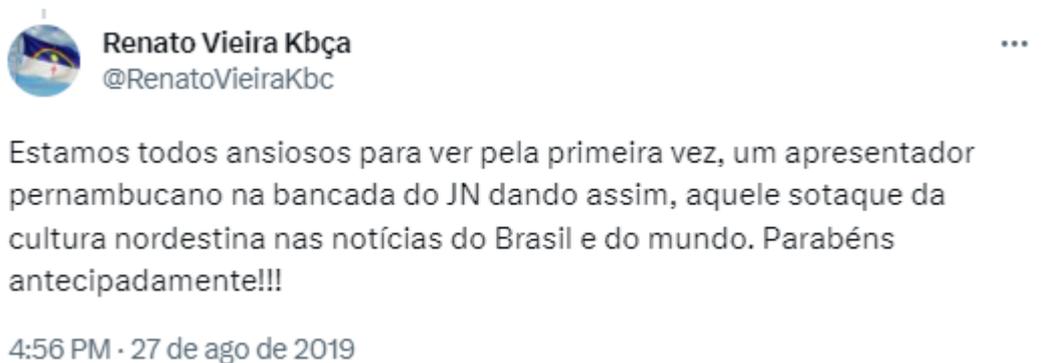
Partindo do exposto até aqui em nossas discussões teórico-metodológicas e conceituais, entramos agora em um movimento analítico que resulta de nossas observações combinadas entre o que fora exposto no especial JN 50 Anos com alguns comentários selecionados na rede social Twitter, a partir das hashtags - referentes ao nome do programa e do especial, o assunto “sotaques”, nomes dos jornalistas e/ou respectivos estados/naturalidades - apresentadas em nosso capítulo metodológico.

Para tanto, realizamos inicialmente um movimento exploratório dos conteúdos, que nos permitiu encontrarmos as recorrências e as contradições presentes nos telejornais que fazem parte de nosso *corpus*. Dessa etapa da pesquisa, surgem as categorias, a partir das quais desenvolvemos nossa reflexão, conforme apontamos a seguir. É importante frisar que não realizamos análises dos programas individualmente, mas apontamos questões que sobressaem aos nossos olhos quando tomamos como referência as representações (Goffmann, 2002) e a ideia de nação (Hall, 2003), a partir de um entendimento sobre os modos de endereçamento (Gomes, 2005; Rocha, 2011), tendo as variações linguísticas (Bagno, 2007) como direcionadoras de nossa reflexão.

As categorias que serão pontuadas neste capítulo como operadoras desta articulação dizem respeito a: 1) marcação de sotaques, a partir do caso do apresentador Lyderwan Santos; 2) limitações de representatividade entre os estados, destacando apresentadores que não têm naturalidade nas regiões as quais representam; 3) estereótipos e imagens das diferentes regiões do país, no qual observamos matérias e falas dos âncoras que reforçam preconceitos sobre seus estados; 4) contradições e possibilidades de novos caminhos no JN, observando choques entre as propostas dos programas e aquilo que foi apresentado, pensando também em modos de transformação de um fazer jornalístico mais plural.

4.1 A representação dos sotaques e o estudo do caso de Lyderwan Santos

O Especial de 50 Anos do Jornal Nacional mobilizou seu público desde o anúncio da proposta, gerando muitos comentários nas redes sociais, em especial no Twitter, na qual os usuários telespectadores fizeram publicações como o comentário abaixo, demonstrando expectativa em ver seus sotaques no telejornal.



No entanto, conforme os anúncios foram feitos e os programas iam ao ar, uma parte significativa dos usuários do Twitter que acompanhavam o Especial, em especial os nordestinos, passou a demonstrar indignação e decepção ao publicarem comentários sobre a fala dos âncoras, alegando que seus sotaques não estavam presentes nas falas dos profissionais. Apresentamos, a seguir, alguns dos vários comentários encontrados de pessoas dos respectivos estados representados pelos âncoras no Especial para observação. É importante pontuar que, para além das constatações de que os jornalistas não apresentaram os respectivos sotaques, há o reconhecimento, por parte do público, da presença de um “português padrão” / “sotaque padrão” em seus falares que se refere às marcas de pronúncia do eixo hegemônico Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, algo já discutido na base teórica deste trabalho.



Thaïs
@thaiskisuki



Boa a ideia de trazer apresentadores de todo Brasil na comemoração dos 50 anos do Jornal Nacional, pena que todos têm que usar o maldito português padrão. Ver pernambucano falando "boa noitxe" me dá uma tristeza. Até hoje só vi uma nordestina com o sotaque natural na TV nacional.

10:54 PM · 31 de ago de 2019



mimi
@trivisaitihasa



Indignada pois Márcio Bonfim não está falando com sotaque Pernambucano

[Translate post](#)

8:37 PM · Aug 31, 2019



BIA
@biabionica



Jornalista representando Pernambuco na bancada do [#JN](#) com sotaque padrão Globo e a jornalista do RS com sotaque gaúcho escancarado. Mas não existem racismo nem xenofobia no Brasil.

9:19 PM · 30 de ago de 2019



Veida 🤪
@srtanagini



Pediram para Jéssica Senra falar sem sotaque? 🤔 [#JN](#) [#jn50](#)
[#JessicaSenra](#) [#JessicaSenraNoJN](#)

8:46 PM · 7 de set de 2019



LeandroVascão 
@leandrogomess

...

[@jessicasenra](#) bela e competente apresentadora do meu estado a minha querida Bahia, "botô pocando" ontem na bancada do JN, mas confesso que senti um pouco a falta da espontaneidade daquele peculiar sotaque Baiano que me encanta na hora do almoço. Mas valeu a moça vai longe.

6:53 PM · 8 de set de 2019 de Belmonte, Brasil



cla rice
@bolindeclarroz

...

Eu não acredito que Lídia Pace vai representar o RN no Jornal Nacional e não vai falar com nosso sotaque não. Que djabo de xiado é esse, mulher?

7:32 PM · 29 de nov de 2019



rupaul cacarejando
@notlinreypessoa

...

Dia 30 vai ter representante do RN no JN com um sotaque nada a ver do daqui (mesmo sendo daqui). 🙄

8:05 PM · 16 de nov de 2019 de Parnamirim, Brasil



brunna 
@katbshop

...

o giovani spinucci no jn mostrando o total de zero sotaque do maranhense

8:56 PM · 23 de nov de 2019



Matheus
@_maisummatheus

...

O JN vai ser apresentado por "Sergipe" por um jornalista que não é sergipano ou sequer se formou em Sergipe...não sei vocês concordam, mas nosso sotaque tem "t" forte e marcante, e não o "txi" ou "dji"....

1:05 PM · 26 de out de 2019



marc
@MarcosVinnicius



Adorei o representante de Sergipe no Jornal Nacional etc, mas escolheram o que tem zero sotaque nordestino rsrs ai ai

9:34 PM · 26 de out de 2019

Nestes últimos dois *tweets*, observamos uma situação que nos chamou bastante atenção e trazemos aqui como nosso primeiro movimento analítico: o caso de Lyderwan Santos. Este tópico de análise recebeu um destaque maior em relação aos demais porque nele foi possível trazer indicações mais concretas em torno do que apresentamos como referências linguísticas. Na observação ampla desse caso, as contradições aqui discutidas se tornam mais evidentes, possibilitando a percepção de que os manuais continuam tendo protagonismo na indicação dos modos de falar, mesmo quando os telejornais dispõem seus espaços para outras possibilidades.

O âncora foi convocado para ser o representante do estado de Sergipe no Especial e trazer o sotaque sergipano para o telejornal, nessa proposta explicitada pela emissora de mostrar pela primeira vez o noticiário sendo conduzido por profissionais que demonstrariam a diversidade linguística do Brasil. Lyderwan é apresentador do SE2 TV Sergipe, telejornal da TV Globo Nordeste. Apesar de apresentar diariamente um programa tradicional de um dos estados nordestinos, o fato de ele ser um jornalista sudestino, mais especificamente mineiro, natural de Governador Valadares, não passou despercebido pelo público.

O jornalista se formou também em seu estado de origem, no Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), em 2007. Apenas em 2010 é que o jornalista foi morar em Sergipe, onde vive e trabalha na maior emissora do estado, a afiliada da Rede Globo, desde então. Ele apresentou o programa que foi ao ar no dia 26 de outubro de 2019, ao lado de Lucimar Lescano, representante do Mato Grosso do Sul.

Para entender se realmente houve variação em sua fala que se enquadre nos sotaques nordestinos, primeiramente, fizemos um mapeamento das pronúncias das vogais médias em posição pretônica. Nessa verificação, foram mapeadas 84 palavras. Desse total, 8 foram pronunciadas na escalada das notícias; 13 no primeiro bloco; 28 no segundo bloco; 7 no terceiro bloco; 3 no quarto bloco e 25 no quinto bloco, conforme é possível observar na tabela disponibilizada nos anexos desta monografia.

Borges e Telles (2021) realizam um estudo a partir de Paim e Anjos (2015), considerando as especificidades da articulação fonética das vogais, as pronúncias das vogais

médias em posição pretônica – antes da sílaba tônica – sobre a variação para pronúncias abertas ou fechadas. A partir desta referência, observamos o caso do jornalista mineiro representando o estado de Sergipe. Segundo Aragão (2015), as vogais pretônicas são consideradas por muitos estudiosos como uma das marcas mais importantes para a divisão dialetal do Brasil, tendo sido usada, inclusive, por Antenor Nascentes (1953) em um de seus estudos no qual aplica esse critério para distinguir os falares do país em dois grandes grupos: os do Norte e os do Sul.

De acordo a autora, nesse estudo ele concluiu que a ocorrência das vogais pretônicas abertas marca os falares do Norte³ (incluindo o Nordeste) – com maior abertura da boca devido a um maior abaixamento da língua para passagem de ar – e que o oposto, com sua realização fechada, marca os falares do Sul (incluindo o Sudeste), sendo esse aspecto constituinte dos fatores essenciais para a divisão dialetal brasileira. Além disso, segundo Aragão, ele subdividiu esses dois grandes grupos em sub-grupos, chamados de “sub-falares” sendo eles: o sub-falar amazônico, o sub-falar nordestino, o sub-falar baiano, o sub-falar fluminense, o sub-falar mineiro e o sub-falar sulista.

Já no que se refere às consoantes /t/ e /d/, segundo Borges e Telles (2021), Callou e Leite (2009) apontam a ocorrência de uma variação sistemática, muito associada à região do falante e do contexto fônico, fazendo parte do grupo das oclusivas, pronunciadas a partir da total obstrução momentânea do ar causada por uma oclusão ou barreira feita pelos lábios, glote ou língua. De acordo com os autores, quando esses fonemas estão diante da vogal alta /i/ fonológica (como na palavra “dia”) ou derivada (como na palavra “noite”, na qual pronuncia-se /e/ como /i/), eles podem ser combinados com uma consoante fricativa, resultando em um som mais chiado no mesmo ponto de articulação.

Segundo Batista (2019), a palatalização (quando a língua encosta no palato, parte superior da boca, na pronúncia), do /d/ e /t/ / para as africadas palato-alveolares [dʒ] e [tʃ], quando antes de /i/, são uma marca do sotaque carioca – pronunciando-se “dia” e “noite” como “djia” e “noitchi” –, enquanto nos sotaques nordestinos as consoantes são pronunciadas como linguodentais ou dentoalveolares (quando a língua vai contra os dentes e alvéolos), sendo caracterizadas por não apresentarem palatalização em /d/ e /t/ antes da vogal /i/ e da semivogal /j/, incluindo as sílabas finais “de” e “te”. Assim, essa variação se torna mais um aspecto para

³ Até os anos 1930, segundo Albuquerque Júnior (2016), o Brasil era dividido em “Norte” e “Sul”, desprezando-se as categorias de especificidade entre as regiões. A divisão feita pelo IBGE, iniciada em 1941, começa a levar em consideração mais aspectos culturais, econômicos, políticos, climáticos, de vegetação, de solo, mas ainda confundem muita gente que continua tratando o país a partir de uma lógica binária, englobando toda a diversidade brasileira em dois grandes pacotes simbólicos.

distinguir esses sotaques brasileiros, sendo apenas algumas regiões da Bahia uma exceção para essa regra, segundo a autora.

É importante observar que essas marcas fonéticas catalogadas resultam de um estudo baseado em recorrências para a identificação de padronizações e repetições, e, a partir delas, indicar diferenças. A classificação da palatalização como definição de sotaques “nordestinos”, excluindo-se apenas a Bahia, por exemplo, é insuficiente. Cabe aqui em nosso estudo, porque estamos observando a representação oral do estado de Sergipe. Mas não seria viável para um estudo que considerasse os sotaques do Sertão Central ao litoral/ Região Norte do Ceará, do estado do Piauí (exceto das cidades localizadas mais ao sul do estado) e do Maranhão.

Ao analisarmos a fala do âncora, observamos a realização da pronúncia das vogais médias pretônicas fechadas em 100% das palavras, conforme registrado no quadro 1, abaixo. Essas pronúncias demonstram maior proximidade dos falares das regiões Sudeste e Sul, sendo a origem do apresentador um fator determinante nesse aspecto.

Nº	PALAVRA MAPEADA	PRONÚNCIA
ESCALADA		
1	governo	governo [o] - som fechado
2	decide	decide [e] - som fechado
3	consequências	consequências [e]
4	presidente	presidente [e]
5	repórteres	repórteres [e]
6	eleição	eleição [e]
7	reforma	reforma [e]
8	previdência	previdência [e]
BLOCO 1		
1	federal	federal [e]
2	reunir	reunir [e]
3	decidiu	decidiu [e]
4	Sergipe	Sergipe [e]
5	isoladas	isoladas [o]
6	região	região [e]
7	americano	americano [e]
8	florestais	florestais [o]
9	hectares	hectares [e]
10	destruíram	destruíram [e]
11	peçoas	peçoas [e]
12	oceano	oceano [o]
13	Sebastián	Sebastián [e]
BLOCO 2		
1	Bolsonaro	Bolsonaro [o]
2	desembarcou	desembarcou [e]
3	Emirados	Emirados [e]

4	terceira	terceira [e]
5	internacional	internacional [e]
6	protestos	protestos [o]
7	coloquem	coloquem [o]
8	população	população [o]
9	educação	educação [e]
10	recolher	recolher [e]
11	regiões	regiões [e]
12	local	local [o]
13	emergência	emergência [e]
14	voltaram	voltaram [o]
15	protestar	protestar [o]
16	violência	violência [o]
17	dezenove	dezenove [e]
18	morreram	morreram [o]
19	manifestação	manifestação [e]
20	reuniu	reuniu [e]
21	considerada	considerada [e]
22	recente	recente [e]
23	morreu	morreu [o]
24	Wanderley	Wanderley [e]
25	importantes	importantes [o]
26	políticos	políticos [o]
27	cremado	cremado [e]
28	segunda	segunda [e]
BLOCO 3		
1	problema	problema [o]
2	chegada	chegada [e]
3	levantamento	levantamento [e]
4	revela	revela [e]
5	processos	processos [o]
6	investigações	investigações [e]
7	interrompidos	interrompidos [e]
BLOCO 4		
1	procuradoria	procuradoria [o]
2	geral	geral [e]
3	república	república [e]
BLOCO 5		
1	Leclerc	Leclerc [e]
2	Ferrari	Ferrari [e]
3	espetacular	espetacular [e]
4	repleto	repleto [e]
5	patrocinar	patrocinar [e]
6	renovaram	renovaram [e]
7	patrocínio	patrocínio [o]
8	oferecimento	oferecimento [o] e [e]
9	Chevrolet	Chevrolet [e]
10	seleção	seleção [e]

11	estreu	estreu [e]
12	goleada	goleada [o]
13	dezesete	dezesete [e]
14	coração	coração [o]
15	aproveitar	aproveitar [o]
16	agradecer	agradecer [e]
17	momento	momento [o]
18	comemoração	comemoração [o]
19	Jornal Nacional	Jornal Nacional [o]
20	sergipanos	sergipanos [e]
21	torceram	torceram [o]
22	colegas	colegas [o]
23	presente	presente [e]
24	equipe	equipe [e]
25	obrigado	obrigado [o]

Quadro 1 - Mapeamento das vogais médias /e/ e /o/ pretônicas na apresentação de Lyderwan Santos
Fonte: elaboração da autora

A observação do Quadro 1 nos permite afirmar que, com base nos estudos, como o de Nascentes (1953) citado por Aragão (2015), em torno do fenômeno da abertura das vogais médias pretônicas que apontam a variação como uma das principais características dos sotaques do nordeste, a fala do âncora Lyderwan Santos se distancia da realidade fonética da região e do estado representado por ele, que não é uma exceção em relação a esse fenômeno. Das pronúncias mapeadas, nos chama a atenção as das palavras "Sergipe" e "sergipanos", que se referem ao estado e à naturalidade que o apresentador foi chamado para representar. Essas palavras possuem grande carga semântica de identidade, identificação e pertencimento - algo também apontado por Borges e Telles (2021) ao analisar a fala do âncora Márcio Bonfim - sendo pronunciadas por pessoas que vivem essa identidade com as vogais pretônicas /e/ e /o/ abertas, mas foram pronunciadas de forma fechada pelo apresentador, algo que foge das características dos sotaques do estado de Sergipe, que apreendem o aspecto aqui analisado.

Ao verificarmos a ocorrência das consoantes /t/ e /d/ antes da vogal alta /i/ fonológica ou derivada (incluindo as sílabas finais "de" e "te"), identificamos 49 palavras. Desse total, 7 foram pronunciadas na escalada das notícias; 11 no primeiro bloco; 13 no segundo bloco; 5 no terceiro bloco e 13 no quinto bloco. Ao analisarmos a fala do âncora, observamos a ocorrência das pronúncias das consoantes /t/ e /d/ antes da vogal alta /i/ africadas [dʒ] e [tʃ] ("dji" e "tchi") em 100% das palavras, conforme mostramos no quadro 2, abaixo. Essas pronúncias também demonstram distanciamento dos sotaques identificados no estado de Sergipe.

Nº	PALAVRA MAPEADA	PRONÚNCIA
----	-----------------	-----------

ESCALADA		
1	noite	noite [tʃ] - palatalização
2	decide	decide [dʒ] - palatalização
3	presidente	presidente [tʃ]
4	pede	pede [dʒ]
5	Argentina	Argentina [tʃ]
6	grande	grande [dʒ]
7	grid	grid [dʒ]
BLOCO 1		
1	desastre	desastre [dʒ]
2	decidiu	decidiu [dʒ]
3	de	de [dʒ]
4	antes	antes [tʃ]
5	atingido	atingido [tʃ]
6	incêndios	incêndios [dʒ]
7	fortes	fortes [tʃ]
8	artista	artista [tʃ]
9	Caatinga	Caatinga [tʃ]
10	arte	arte [tʃ]
11	Sebastián	Sebastián [tʃ]
BLOCO 2		
1	iniciativa	iniciativa [tʃ]
2	dias	dias [dʒ]
3	disposição	disposição [dʒ]
4	disse	disse [dʒ]
5	saúde	saúde [dʒ]
6	Santiago	Santiago [tʃ]
7	indicou	indicou [dʒ]
8	meia-noite	meia-noite [tʃ]
9	últimos	últimos [tʃ]
10	recente	recente [tʃ]
11	importantes	importantes [tʃ]
12	cientistas	cientistas [tʃ]
13	políticos	políticos [tʃ]
BLOCO 3		
1	tivemos	tivemos [tʃ]
2	áudio	áudio [dʒ]
3	dia	dia [dʒ]
4	setecentos	setecentos [tʃ]
5	investigações	investigações [tʃ]
BLOCO 5		
1	frente	frente [tʃ]
2	esporte	esporte [tʃ]
3	futebol	futebol [tʃ]
4	vinte	vinte [tʃ]
5	qualidade	qualidade [dʒ]
6	dezessete	dezessete [dʒ] e [tʃ]
7	dividir	dividir [dʒ]

8	satisfação	satisfação [tʃ]
9	parte	parte [tʃ]
10	presente	presente [tʃ]
11	distância	distância [dʒ]
12	sentir	sentir [tʃ]
13	ótimo	ótimo [tʃ]

Quadro 2 - Mapeamento das consoantes /t/ e /d/ antes de /i/ fonológico ou derivado na apresentação de Lyderwan Santos. Fonte: Elaboração da autora

Sendo a palatalização das consoantes /t/ e /d/ antes da vogal /i/ um fenômeno que, segundo Batista (2019), ocorre nos sotaques do Sudeste, enquanto nos sotaques nordestinos há a predominância da pronúncia das consoantes como linguodentais ou dentoalveolares, podemos observar que o falar do apresentador também foge dessa realidade da região que ele estava representando.

Além disso, destacamos que a fala de Lyderwan está de acordo com os manuais de redação mencionados em nossa base teórica - que reprovam sotaque (Prado, 2006; César 1990), as marcas que também indicam essas variações de pronúncia como "distorções na pronúncia da letra O e de palavras em sequência", "omissão na pronúncia das letras R, S e I" (Ferraretto, 2014), variações de sons fechados e abertos, pronúncia de vogais entre duas consoantes e pronúncia de vogais como ditongos (Barbeiro e Lima, 2002). Assim como também segue os padrões impostos pelo Prodetaf da Globo, com destaque para os "esses" pouco sibilantes e os "erres" pouco arranhados, guturais.

Desse modo, unindo ambas as análises desses dois importantes aspectos que aparecem, quando observamos a distinção entre sotaques do Nordeste e do Sudeste, podemos constatar que a fala do apresentador se assemelha aos sotaques da região Sudeste, não tendo o âncora apresentado em sua fala marcas de sotaques nordestinos para que ele tenha representado um sotaque de Sergipe na bancada do Jornal Nacional. Portanto, as críticas dos sergipanos e de pessoas que vivem o sotaque de seu estado sobre a falta de sotaque do estado na fala do âncora que foi anunciado pelo programa para representa-los se fundamentam nas reais marcas de pronúncia trazidas pelo apresentador e observadas no telejornal. O "txi" e o "dji" mencionados por um dos usuários do Twitter que comentou sobre a fala de Lyderwan realmente são pronunciados pelo apresentador ao longo de todas as ocorrências das consoantes T e D nas palavras vocalizadas por ele. Da mesma forma que o comentário sobre o apresentador possuir "zero sotaque nordestino" se baseia na observação da falta de marcas de pronúncia que se assemelhem a sotaques presentes no Nordeste, algo que pudemos atestar ao analisar sua pronúncia.

Sendo assim, a partir da observação dos comentários apresentados e dos aspectos da fala de Lyderwan Santos trazidos em estudo, é possível observar que houve um claro desencontro entre os modos de endereçamento do Especial em relação a presença dos sotaques prometida à audiência e a reação da mesma. Ou seja, houve uma quebra de expectativa em relação às decisões tomadas pelo programa - escolhas de âncoras com marcas mais discretas de sotaque ao optar por apagar ainda mais as marcas que alguns deles ainda pudessem ter, de modo que a fala dos jornalistas se encaixassem em um padrão no qual todos falam praticamente do mesmo jeito.

A emissora, ao invés de cumprir com a proposta de trazer os sotaques para a bancada do JN e não causar esse desencontro entre a expectativa do público e a realidade, optou por manter seu estilo, seu dito "padrão de qualidade", mostrando que a ideia de nação que busca disseminar ainda é muito forte em sua cultura, que só é possível criar mobilizações até certo ponto, mesmo se tratando de um especial, e que ela ainda trabalha em prol de difundir uma identidade nacional baseada no Eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. E isso, como já indicamos, não acontece apenas com Lyderwan Santos, caso que demos destaque aqui, mas também em outras participações como de Márcio Bonfim, Jessica Senra, Lídia Pace e Giovanni Spinucci, que foram destacadas pela audiência nos *tweets* apresentados anteriormente.

Tendo em vista que a relação entre o produto e sua audiência se estabelece por meio da cultura (Rocha, 2011), os sentidos que são produzidos na nossa cultura, sobre a qual a Rede Globo e o JN possuem grande influência, são aqueles relacionados à noção de que se deve prezar pelo falar padrão nos telejornais e em outras situações que "exigem formalidade" e que os sotaques estigmatizados devem aparecer apenas em suas regiões, ou em narrativas ficcionais que reforçam estereótipos sobre as culturas subalternas. Assim, os jornalistas, para terem suas representações (Goffman, 2002) de âncoras do JN legitimadas - não necessariamente por vontade própria pois sabemos que há uma imposição do sotaque padrão adotado pela Rede Globo que também molda suas percepções sobre si mesmos - se adaptam às normas da emissora para se encaixarem no estereótipo de jornalista que ela constrói.

Esse estereótipo é transmitido visando manter um modo de endereçamento que convida o público a assistir ao telejornal a partir de uma posição de sujeito que o tem como um noticiário de referência em todos os aspectos. É importante perceber que esse estereótipo é algo tão forte em nossa cultura que, além de reforçar um pensamento preconceituoso de que jornalista não tem e não pode ter sotaque marcado de sua região de origem, acaba moldando a forma como os profissionais tendem a construir suas representações, ao serem levados a suavizar as marcas orais em suas trajetórias, antes mesmo de passarem por um treinamento na Globo. Esse

apagamento progressivo dos sotaques ao longo da carreira dos jornalistas, inclusive, se torna mais um fator que contribui para que, no momento em que chegam a um telejornal de alcance nacional, já tenham seus sotaques disfarçados de tal maneira que o novo modo de falar se torna o seu padrão, tornando ainda mais fácil de eliminá-lo completamente para o telejornal.

Baseando-nos na ideia que a emissora tem de seu público e na forma como o especial foi conduzido, sem a devida demonstração dos sotaques brasileiros, consideramos que não houve uma preocupação de realmente mostrar, enfatizar ou respeitar a diversidade dos modos de pronúncia das palavras realizados em território nacional. O endereçamento que se nota, como ocorre com qualquer produto midiático, é para aproveitar um momento comemorativo para atrair audiência em um apelo aos telespectadores, inserindo algo considerado novo, que remete ao cotidiano de cada público. Nesse sentido, os âncoras de cada estado são como “atrações” trazidas para atingir públicos específicos a partir de alguma identificação – linguística, no caso, partindo de uma ideia de que apenas a presença desses jornalistas das afiliadas regionais da rede de televisão seria suficiente para ampliar os modos de entendimento da nação pelo produto jornalístico.

4.2 Limitações de representatividade

Como já mencionamos, Márcio Bonfim e Lyderwan Santos convidados para representar, respectivamente, Pernambuco e Sergipe, não são jornalistas originários desses estados, tendo o primeiro nascido e se formado São Paulo e o segundo em Minas Gerais. Mas eles não são os únicos âncoras participantes do Especial com origens distintas das que foram selecionados para representar. Além deles, Giovanni Spinucci, que foi para a bancada para representar o Maranhão também não é maranhense, mas paulista, assim como Thiago Rogeh, que participou do rodízio como representante de Tocantins, é, na verdade, mineiro⁴.

Giovanni Spinucci é natural de Jundiaí (SP), formado na Faculdade Estácio da cidade de São Luís (MA), onde mora e trabalha desde 2003 como editor de texto e apresentador do JM2, na TV Mirante, afiliada da Rede Globo. Já Thiago Rogeh nasceu em Belo Horizonte

⁴ Não pretendemos entrar aqui em uma discussão que indique o que atribui pertencimento a uma determinada localidade, se nascimento e/ou vivências. Mas destacamos nesse caso uma abordagem que se apresenta pelo uso da língua e pelas formas como os sotaques são utilizados. Eles não nascem conosco, nem são como vegetações, que estão necessariamente atreladas ao nascer em um determinado espaço físico. Mas consideramos aqui para realizar a crítica à escolha dos âncoras a dimensão da vivência, inclusive de formação, nos estados aos quais os convidados representam.

(MG), onde se formou na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Ele se mudou para o Acre, onde trabalhou como repórter na Rede Amazônica, apresentador do Bom Dia Amazônia e se tornou, em 2017, editor-chefe e apresentador do Jornal do Acre 1ª Edição, até se mudar para o Tocantins, em 2019, onde assumiu o mesmo cargo na TV Anhanguera, também afiliada da Rede Globo. Tais divergências, assim como a falta dos sotaques, geraram uma série de postagens no Twitter, nas quais os usuários que acompanharam o Especial expressaram seus questionamentos e descontentamentos em relação à suposta representatividade trazida pelos âncoras para os estados. Seleccionamos alguns deles para observação.



paulin 🇧🇷
@p4wlu

...

ate agora quero entender essa "representatividade" do jornal nacional em colocar diversos repórteres de diversas regiões do brasil, sendo que o sotaque usado é da região sudeste
k k k

[Translate post](#)

8:37 PM · Oct 19, 2019



Boto de Família
@botopescado

...

Não sei pq a galera tá com essa fuleragem com o Marcelo Magno. Porra, o cara esconde sotaque, não representa as características físicas do povo piauiense. Ele só é o jornalista higienizado que a Globo gosta.

8:34 AM · 2 de nov de 2019



Daniel Lélis ⚡🔒
@dannlelis



Os tocanтинenses "tudo revoltado" porque vão mandar para representar o Tocantins na bancada do Jornal Nacional um apresentador que chegou "isturdia" ao estado.

Mas vocês queriam o que? Nunca foi o forte da emissora local esse negócio de representatividade.

Sem mais.

[Translate post](#)

10:46 PM · Oct 17, 2019



Carlão FFC @Carlao_FFC · Aug 31, 2019



Ver o Márcio Bonfim na bancada do principal telejornal do país vai muito além de uma comemoração de aniversário. É a REPRESENTATIVIDADE cada vez mais presente. VIVA! [#JornalNacional](#) [#JN](#)



6

34

197



bia
@cibelecerq



Ótimo mas ele fala com sotaque de São Paulo

[Translate post](#)

12:22 AM · Sep 1, 2019

 **biba :) @heylovezx** · Aug 31, 2019 ...
um orgulho danado do tio Márcio, homem negro e nordestino que chegou muito longe, obrigado por me representar!
[#TioMarcioNoJN](#)

 3  12  65  

 **Liana Beatriz**
@LianaBeatriz ...

Legal ve-lo representando Pernambuco, mas ele não é nordestino. Segundo seu perfil, ele é mineiro de nascimento, paulista por adoção e Pernambuco por paixão

[Translate post](#)

9:20 PM · Aug 31, 2019

 **Rodrigo Galvão @RodrigoGalvaoBR** · Aug 31, 2019 ...
Que Márcio Bonfim é um apresentador diferenciado demais, isso ninguém discute. Dicção e postura perfeitas. O cara fica confortável e deixa o telespectador também confortável. Agradável ver um telejornal sendo apresentado por ele. Poderia ser âncora do JN tranquilamente (1/2)

 1   2  

 **Rodrigo Galvão**
@RodrigoGalvaoBR ...

(2/2) Agora essa nova febre local de vê-lo no JN (rodízio de apresentadores em comemoração aos 50 anos do telejornal) e ficar "orgulho demais", meu país PE", Márcio no JN etc. Provinciano demais, velho. Pernambuco é muito maior que isso! E Márcio, que é fera, é paulista.

[Translate post](#)

8:58 PM · Aug 31, 2019

 **vinicius** 
@universomarvin ...

eu fico feliz com a representatividade do maranhão no jn, mas bem que eles poderiam colocar a regina Souza, o douglas pinto ou o junior Albuquerque. giovanni spinucci não tem sotaque daqui e parece aqueles almofoadinhas que moram na ponta da areia

8:46 PM · 23 de nov de 2019



Giovana
@gioliveira157



ok massa Lyderwan no jornal nacional mas sabiam que ele é um MINEIRO representando SERGIPE?

pq nao colocaram um apresentador sergipano vei?

[Translate post](#)

7:37 PM · Oct 26, 2019



FaloMesmo
@FaloMesmo_02



É o seguinte, Lyder você é um jornalista massa, mas não representou Sergipe. Tivemos 2 mineiros e nenhum sergipano nato, por mais que tu more aqui, muitos sergipanos não se sentiram representados. Susane Vidal tem 25 anos de casa e merecia nos representar

[Translate post](#)

9:06 PM · Oct 26, 2019

Além desses *tweets*, encontramos um artigo de opinião⁵ postado no blog do jornalista maranhense Mario Carvalho, intitulado "Maranhão vai ao JN sem o verdadeiro sotaque nordestino e maranhense". No artigo, o profissional e telespectador do JN ressalta a origem paulista e a falta de sotaque nordestino na fala de Giovanni Spinucci e afirma que, apesar de não ter nada contra o âncora, ele é "apenas mais um jornalista da região Sudeste com um sotaque nada inerente ao maranhense" e que a TV Mirante, assim como os maranhenses, perdeu a grande chance de ter um âncora genuinamente maranhense na bancada do Jornal Nacional. Manifestando sua frustração por não se sentir representado devidamente no Especial, ele ainda afirma que o âncora maranhense Soares Júnior, da bancada do Bom Dia Mirante, poderia ser o profissional genuinamente maranhense a representá-los, levando na bagagem um "sotaque da raiz" do estado, assim como os demais que tiveram essa justa oportunidade de representar seus estados de origem.

Essa frustração pela escolha da emissora junto a sugestões de outros apresentadores que poderiam representa-los no Especial, também está presente nos *tweets* aqui apresentados, algo que demonstra não só que uma variedade de pessoas não se sentiu representada pelos âncoras,

⁵ Artigo de opinião de Mário Carvalho, publicado em 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://blogdomariocarvalho.blogspot.com/2019/11/maranhao-vai-ao-jn-sem-o-verdadeiro.html>. Acesso em: 13/08/2023.

mas que existem vários outros jornalistas que poderiam ter sido selecionados para cumprir com essa proposta de representatividade. A representatividade é um dos pontos centrais a serem pensados, se tratando de um Especial que traz uma proposta que promete para sua audiência a presença de apresentadores de todos os estados brasileiros para levar os estados para a bancada e, assim, representa-los.

Ao escolher jornalistas sudestinos, com marcas de pronúncia que se enquadram no padrão definido pela emissora, para representar estados das regiões Norte e Nordeste, o Jornal Nacional traz uma representatividade limitada para a bancada. Limitada porque os apresentadores, no momento em que ocorreu o especial, trabalhavam nas afiliadas dos respectivos estados supostamente representados por eles. Desse modo, se tratam de profissionais que compõem os telejornais locais, fazendo também parte do cotidiano dos respectivos públicos, mas que, não sendo originários desses estados e regiões acabam por não contribuir para a construção de uma nova e mais ampla ideia de nação no telejornalismo.

Os jornalistas trazidos para a bancada em nome dos estados do Tocantins, Sergipe, Pernambuco e Maranhão, estando em posição de privilégio - em relação à origem e consequentes características linguísticas - não experienciam em suas vidas pessoais e profissionais os desafios, dificuldades e preconceitos desse tipo que os jornalistas naturais, ou com mais vivência, desses estados enfrentam. É neste ponto que reside a importância da representatividade, como maneira de, além de incluir a diversidade nos espaços ocupados majoritariamente por identidades padronizadas, mostrar que tais espaços também são possíveis para o diverso e o diferente.

O falar padrão e a origem sudestina referem-se a um tipo de pertencimento, tendo em vista que essa é a identidade nacional unificada transmitida pela Rede Globo e seu produto Jornal Nacional, sendo também a identidade dos jornalistas que ocupam a tradicional bancada desde o início. Assim, a presença de âncoras que já se enquadram nesse padrão cultural e linguístico que sempre teve pertencimento no JN não trazem em sua totalidade essa ideia de que o programa possa ser um espaço possível para a diferença, para pessoas de origem pernambucana, sergipana, tocantinense e maranhense, que tenham também marcas de pronúncia evidentes, inerentes às suas culturas. Essas características linguísticas e culturais trazidas nas representações (Goffman, 2002) dos jornalistas fazem parte do estereótipo social da figura do jornalista, portanto, nesse sentido, a presença desses âncoras na bancada do JN não traz um rompimento nessa estrutura.

A mensagem transmitida por essa limitação de representatividade é a velha ideia de que o sotaque e a diversidade cultural não são bem-vindos no jornalismo, principalmente não na

bancada do Jornal Nacional, reafirmando o estereótipo excludente do jornalista que deslegitima a diversidade cultural, transmite a ideia do indivíduo despido de marcas culturais, dá respaldo ao preconceito linguístico e à xenofobia, desencoraja pessoas de regiões estigmatizadas a seguirem carreira de jornalista e ainda afasta oportunidades de jornalistas dessas regiões que se distanciam do padrão.

O estudo Assim Fala a Notícia: Sotaques e Regionalismos no Telejornalismo Paraibano⁶ (Evangelista e Almeida, 2014) realizou entrevistas com dez jornalistas de quatro empresas paraibanas de comunicação afiliadas a emissoras nacionais. A pesquisa indicou que os profissionais do telejornalismo paraibano, em sua maioria, são a favor da suavização do sotaque local, acreditam que ele torna o conteúdo atrasado e que desvia o foco da notícia. É interessante observar como essa prática do apagamento dos sotaques é forte e fundamental até mesmo em veículos das regiões que mais sofrem preconceito linguístico das demais regiões. A observação desse estudo nos ajuda a perceber como a construção da identidade nacional unificada é tão forte e institucionalizada que molda, de fato, a forma como o indivíduo percebe a própria identidade, cria noções do que é ou não adequado e busca se adequar e adequar tudo a esse padrão para encargos de pertencimento e de validação.

Além disso, o estudo expõe que 90% dos entrevistados percebem que o sotaque influencia na carreira de um repórter /apresentador de telejornal. Esse estudo, junto ao fato de que o Especial de 50 anos o Jornal Nacional teve quatro jornalistas sudestinos representando estados das regiões Norte e Nordeste, nos leva a refletir sobre as oportunidades que muitas vezes são dadas a profissionais do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, com seus sotaques tidos como padrão, mesmo quando a proposta é trazer profissionais de outras regiões com outros sotaques.

Um fato que está no plano dos desdobramentos do Especial, que vale a pena mencionar aqui por ilustrar essa realidade das oportunidades nos telejornais - que se destinam, em grande parte, às pessoas do eixo hegemônico - é a contratação e promoção de Márcio Bonfim no Jornal Nacional e no Fantástico, após o especial. É fato que, sendo um jornalista negro e um grande profissional, o âncora é um grande símbolo de representatividade para pessoas negras e sua promoção é realmente significativa no que tange as questões raciais, devendo ser, sim, um motivo de comemoração. Mas o fato de que, na primeira vez que a Globo decidiu incluir alguém que não fosse da Globo Rio de Janeiro, da Globo São Paulo ou da Globo Distrito Federal nessa posição, o jornalista incluído não era de outra região de fora desse eixo, mas de São Paulo com

⁶ Estudo de Almeida e Evangelista publicado por Portal Intercom em 2014. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1424-2.pdf>. Acesso em: 11/08/2023.

uma fala padrão, evidencia que as oportunidades na emissora ainda se destinam a pessoas desse eixo, com um falar padrão.

A ideia do sujeito despido de identidade e de características culturais como algo positivo, proveniente do estereótipo do jornalista disseminado pela mídia tanto no Especial, quanto cotidianamente, está presente em comentários como o que apresentamos abaixo, no qual a usuária do Twitter demonstra contentamento com o fato de que o âncora estava falando sem marcas de sotaque diferentes do padrão, representando o Piauí como um estado “sem sotaque”, algo que já discutimos que não existe.

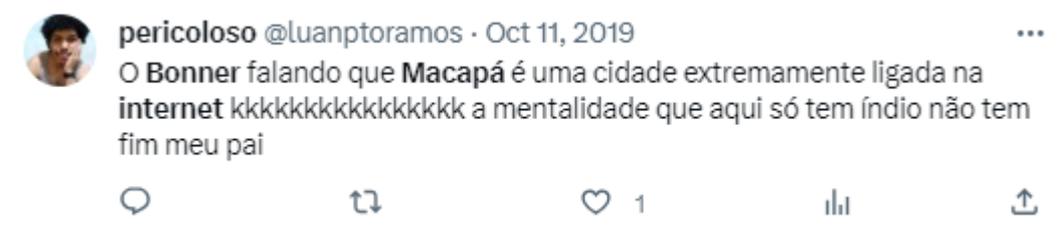


Além disso, ao pesquisar combinações das palavras-chave “sotaque neutro”, “jornal nacional”, “JN”, “sotaque padrão”, “jornalista”, “sem sotaque” e “não tem sotaque” no Twitter, a plataforma mostra uma variedade de *tweets* como este, nos quais os usuários afirmam que o

modo de falar do Jornal Nacional é "sem sotaque" ou "neutro", o que ilustra perfeitamente o estereótipo do jornalista e demonstra essa série de ideias errôneas difundidas pela Rede Globo, com a predominante representatividade que a emissora traz cotidianamente: a dos sudestinos, que mantém viva a ideia de nação criada por ela. Nesse sentido, como afirma Mendes (2006), observamos que, existindo a ideia de nação homogênea, há sempre a exclusão da cultura daquele que é considerado mais fraco, diferente, não-padrão. Assim, a alteridade está sempre parcamente representada, não representada ou estereotipada, como veremos também no próximo tópico.

4.3 Os estereótipos e a construção de imagens das regiões brasileiras

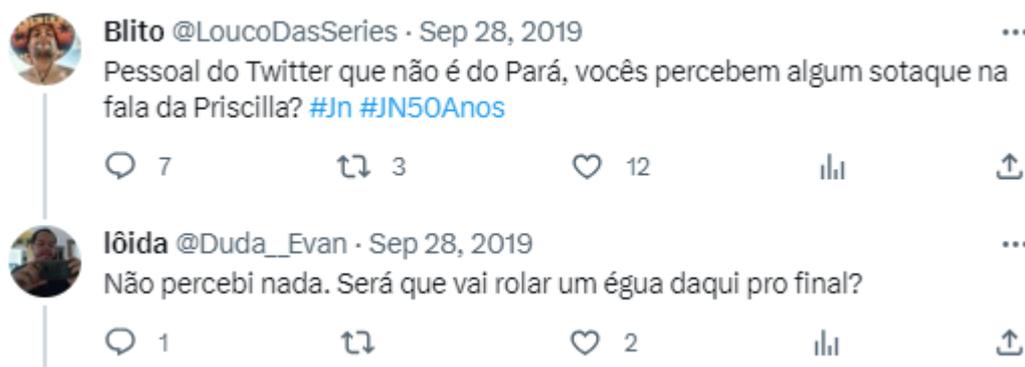
Outro aspecto importante observado nesta análise sobre o Especial são os estereótipos sobre as regiões estigmatizadas que foram reforçados ao longo da condução dos programas do Especial. Na edição na qual os apresentadores Fabian Londero, de Santa Catarina, e Aline Ferreira, do Amapá, foram anunciados ao público como uma das duplas participantes do rodízio, William Bonner disse que foi surpreendente para ele ver que Macapá era uma cidade "extremamente ligada na internet". Essa afirmação exprime e reforça uma ideia estereotipada do estado e da região Norte como um lugar primitivo, atrasado, que acaba sendo transmitida e reproduzida pelo público. O *tweet* abaixo é um dos vários comentários encontrados sobre o ocorrido. Nele, o telespectador amapaense comenta a fala de William Bonner, ironizando o fato de que há uma mentalidade de que na cidade "só tem índio"⁷ se referindo justamente essa ideia do ser primitivo que a mídia constrói da região, que acaba compondo a imagem que se tem do estado e da cidade.



⁷ A partir de uma ideia também estereotipada representações indígenas.

Outro elemento através do qual os estereótipos geralmente são reforçados são as expressões regionais. Isso acontece muito em novelas, filmes e outros produtos midiáticos em que pessoas das regiões Norte e Nordeste são representadas de maneira totalmente equivocada, partindo de uma noção de que todas as cidades e estados do Nordeste são um grande sertão onde só há pobreza, fome e seca e todas as pessoas são iguais e falam da mesma maneira, assim como há a noção de que na região Norte todo mundo é indígena e vive na floresta com animais selvagens nas ruas.

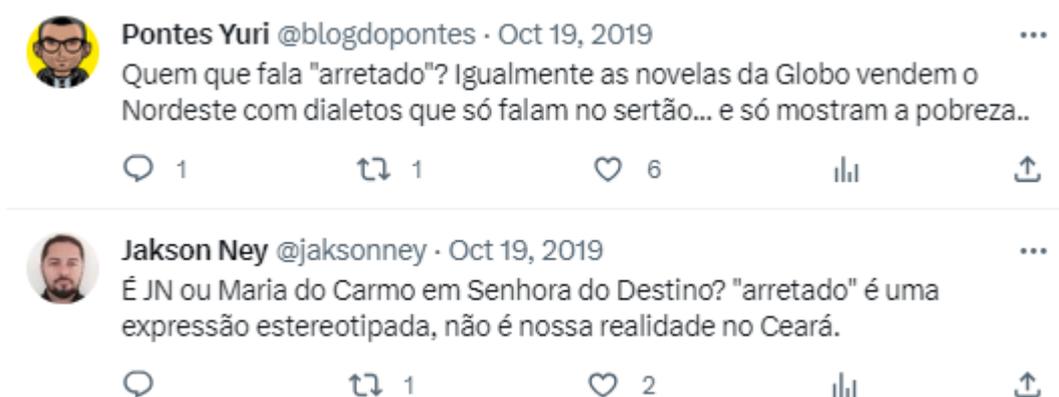
Os telejornais não caminham em direção contrária a essa tendência, tendo em vista que o produto possui um histórico de mostrar essas regiões, em grande parte das vezes, evidenciando apenas esses aspectos locais, de maneira a fazer parecer que as regiões se resumem àquilo, criando rótulos. Essa realidade da forma como as regiões são narradas nos telejornais é algo discutido nas redes sociais. Um exemplo disso, no contexto do Especial, é a sequência de dois comentários expostos a seguir, na qual o primeiro telespectador pergunta se as pessoas perceberam sotaque na fala da representante do Pará e o segundo pergunta, de forma irônica, se a expressão “égua” seria utilizada pela apresentadora como maneira estereotipada de evidenciar sua origem para o público geral, apelando para um dos elementos que compõem o estereótipo regional difundido culturalmente, já que o sotaque era pouco perceptível.



A dinâmica do Especial de 50 anos incluiu a exibição de matérias sobre os respectivos estados representados em cada programa. Na edição apresentada por Matheus Ribeiro, de Goiás, e Larissa Pereira, da Paraíba, torna-se evidente a forma como são construídas as imagens dos diferentes estados no Jornal Nacional, ao observarmos o grande contraste entre as duas matérias. A matéria sobre Goiás inicia com imagens dos grandes prédios da cidade grande com o seguinte texto narrado lido em *off*: "uma cidade com milhares de edifícios, conectada ao que existe de mais moderno". Já a matéria sobre o estado da Paraíba mostra pessoas do interior fazendo artesanato com algodão orgânico cultivado na região, mostrando também as pessoas

que trabalham no cultivo. A matéria sobre Goiás retrata a região no estereótipo da cidade moderna, ligada à tecnologia, ao desenvolvimento econômico e às tendências atuais, enquanto a matéria sobre a Paraíba recorre ao estereótipo de um povo resumido aos trabalhos manuais e a uma suposta simplicidade. Tais noções se repetem em outros momentos no Especial, como na edição de Lyderwan Santos e Lucimar Lescano, na qual é exibida uma matéria sobre Sergipe com enfoque em um artista que transformava galhos secos da caatinga do estado em obras de arte. A matéria repetia cortes em diferentes enquadramentos de imagens do homem no meio do mato, em uma casa simples, com chão de barro, elementos muito presentes no imaginário coletivo quando se trata da região Nordeste.

Além disso, os jornalistas, em alguns momentos no Especial, inseriram expressões regionais em suas falas. Larissa Pereira, representante da Paraíba, no encerramento do programa usou a expressão "oxente" não de forma espontânea, mas dizendo "Como a gente diz no Nordeste: Oxente! Mas já?". Filipe Toledo, âncora do Alagoas fez o mesmo com a expressão "puxando sardinha pro meu saco" ao falar sobre a previsão do tempo para seu estado. Taís Lopes, do Ceará, encerrou o programa usando a expressão "arretado" de forma artificial, dizendo "Foi arretado demais estar aqui com vocês!". O uso dessa expressão pela âncora gerou muitos comentários nas redes sociais, principalmente no Twitter, de usuários que questionaram o uso da expressão, afirmando que não se trata de uma expressão usual cearense, mas uma expressão estereotipada. Destacamos alguns desses comentários abaixo.





alana @ohalana_ · Oct 20, 2019



Quem é que fala arretado aqui no Ceará meu deus

Diário do Nordeste @diarioonline · Oct 19, 2019

Taís Lopes apresenta Jornal Nacional e agradece com expressão nordestina: 'foi arretado demais' bit.ly/2P22j6X



19

21

151



Vanessa @vanessagoms · Oct 20, 2019



Desde quando cearense fala arretado demais?
Só se for cearense de novela que usa sotaque generico com chavões nordestinos 😏



10



Jorge Ritchie



@jorgeritchie

Não, Taís Lopes, "foi arretado demais", não! Não é, nunca foi uma expressão usual cearense. Poderia ser: "Pense numa experiência massa!", ou "Foi massa demais, ó!" [#taislopesnojn](#)

[Translate post](#)

12:02 AM · Oct 20, 2019



Cabral @koiboybr · Oct 21, 2019



Diretamente de um filme genérico que distorce a visão do nordestino colocando todo mundo no mesmo saco

TANTA EXPRESSÃO CEARENSE :))))

 **Diário do Nordeste** @diarioonline · Oct 19, 2019

Taís Lopes apresenta Jornal Nacional e agradece com expressão nordestina: 'foi arretado demais' bit.ly/2P22j6X





Yato
@Indiesposto



Mah, ela pra ter dito que "Foi massa" ou "Foi só o filé" ou até mesmo uma gíria mais do público do subúrbio "Foi rocheda" Ninguém fala Arretado no CE, tá se fazendo é de doida cumadi Taís Lopes

[Translate post](#)



4:08 AM · Oct 20, 2019

Arrebola e Souza (2016) discutem sobre como, nos últimos anos, o Jornal Nacional e o telejornalismo em geral vêm buscando meios de se aproximar do público recorrendo a recursos do espetáculo e da dramatização. Isso inclui a movimentação dos apresentadores no cenário, a fala informal com os repórteres, a utilização de diversas câmeras, enquadramentos e movimentos diferenciados dos tradicionais, a utilização de narrativas testemunhais e a descontração dos repórteres no ato de contar uma notícia, que apontam mudanças nas estratégias de comunicação.

As expressões regionais usadas pelos repórteres têm essa função, esse apelo de aproximação do público, mais especificamente, das pessoas dos estados que os jornalistas representavam, tendo em vista que, como produto jornalístico em uma lógica capitalista, pretendia-se atingir esses públicos e convidá-los a comemorar os 50 anos do telejornal. No entanto, as expressões usadas, não sendo usualmente ditas no telejornal e tendo sido inseridas nas falas de forma artificial, planejada, geraram descontentamento dos conterrâneos dos

jornalistas, por caírem em estereótipos limitadores que sempre foram reforçados pela emissora sobre a região Nordeste através das suas mais variadas produções, não sendo o Especial uma exceção, como expusemos anteriormente.

Esse descontentamento reside na falta de representações dos estados sem a reprodução de elementos que generalizam e limitam todos os nordestinos a uma só realidade, que os aprisiona em rótulos que não consideram suas especificidades. Tendo em vista que esses estereótipos foram reforçados, não só pelo uso das expressões de maneira premeditada, mas pelas escolhas das matérias feitas e veiculadas sobre os estados brasileiros supostamente representados no telejornal, o JN não provoca um rompimento nessa maneira estereotipada de construir as imagens das regiões brasileiras, reproduzindo as mesmas generalizações e a mesma dualidade da falsa ideia de que o Norte e o Nordeste se resumem à Caatinga, mato, velhos chavões sertanejos e elementos que indicam atraso em relação às outras regiões, enquanto nos outros estados há prédios e outros elementos de cidades grandes que constroem uma ideia de modernidade e progresso (como construções positivas) em relação ao Norte e ao Nordeste.

4.4 O rompimento de alguns paradigmas do JN

Apesar de termos exposto até aqui alguns aspectos que mostram contradições na proposta e na realização do Especial de 50 anos do Jornal Nacional, há pontos positivos que rompem no que diz respeito aos paradigmas do telejornal e que, por isso, merecem ser destacados, tanto na condução dos programas, quanto em seus desdobramentos.

Uma representação que se mostrou muito positiva para seus respectivos conterrâneos foi a da jornalista Larissa Pereira, que gerou muitos elogios nas redes sociais, principalmente no Twitter, por manter seu sotaque que apresenta marcas visíveis de pronúncia linguodental do /t/ e do /d/ antes de /i/ e da abertura das vogais pretônicas /e/ e /o/, algo que não ocorreu na fala de Lyderwan Santos. Selecionamos alguns desses comentários que, em geral falam sobre a representatividade de ter uma paraibana no JN que não apagou seu sotaque, mostrando que ele não atrapalha a compreensão de suas falas.

 **isadora vai pro show do rbd** @aisa_nascimento · Nov 11, 2019 ...
eu quade chorei quando ouvi o boa noite dessa mulher carregado desse sotaque lindo ao vivo

a importância de não suavizar o sotaque é imensurável pra nós, nordestinos



   1  

 **adri** @sckenairda ...

Eu fiquei de cara com a capacidade qhe jornalista tem de perder o sotaque. Esperava ver as mais variadas formas de falar, e me decepcionei. Que bom que ela levou o lugar dela na fala e mostrou pro Brasil todo ❤️

[Translate post](#)

8:09 PM · Nov 10, 2019

 **MINHA OPINIÃO NÃO VALE NADA** @donnaflorindaa ...

Nem precisou neutralizar o sotaque e todo mundo entendeu. É sobre isso. Somos diversos e diferentes.

[Translate post](#)

4:53 PM · Jun 14, 2022



Thatá
@tatatwetta

...

É massa demais se reconhecer em espaços historicamente dominados por uma região só. É o retrato da nossa pluralidade ❤️

[Translate post](#)

2:43 PM · Jun 14, 2022



Daniel Leal
@Lealdaniel

...

Que delícia ouvir Larissa Pereira, da PB, com esse sotaque genuíno nordestino no Jornal Nacional. Não ofende ninguém manter aquela que é uma das nossas marcas mais lindas. Pelo contrário. Agrega valor, é lindo.

[Translate post](#)

8:44 PM · Nov 9, 2019 from Recife, Brazil



Julius
@Julius_raiz

...

Sou fãzão do JN e dos apresentadores convidados a apresentar o programa, a Larissa Pereira foi a melhor e a que mais representou o Nordeste entre os convidados da região. Fez questão de não esconder o sotaque lindo e ainda disse ter orgulho da região. Parabéns!

[Translate post](#)

9:35 PM · Nov 9, 2019



tio dan @pis_tola · Nov 9, 2019

Coisa gostosa é ouvir o sotaque nordestino no JN. O tempo todo somos, no nordeste, ensinados desde a faculdade, a neutralizar nosso sotaque se quisermos trabalhar na TV ou rádio. Neutralizar é igual a sudestizar, nesse caso.



Jornal Nacional @jornalnacional · Nov 9, 2019

Veja no JN: um dia depois de deixar prisão, Lula participa de manifestação política em SP



5



9



54



Kleber Nunes
@knunesfranca

Adorei o sotaque paraibano da Larissa Pereira na apresentação do Jornal Nacional numa bela iniciativa de trazer âncoras locais e isso tem de repetir sempre, não só agora quando completa meio século.

[Translate post](#)

8:41 PM · Nov 9, 2019

Além disso, as reportagens sobre os estados dos jornalistas que assumiram a bancada, apesar de algumas insistirem em reforço de estereótipos que generalizam e estigmatizam negativamente as regiões e os habitantes, também romperam com a realidade cotidiana já que garantiram que todos os estados do Brasil, de um jeito ou de outro, fossem mostrados no noticiário, algo que não acontece diariamente. Entre essas reportagens, alguns âncoras aproveitaram momentos de descontração para emitirem algumas falas de caráter pedagógico sobre os estados e satírico sobre alguns estigmas relacionados a eles.

Como exemplo disso, destacamos o momento em que Ellen Ferreira fala sobre a pronúncia correta de Roraima ser “Ror[Á]ima” e sobre o fato de que o estado geralmente é confundido com Rondônia, sendo, porém, estados diferentes e distantes. A repórter da previsão do tempo mostra onde ficam ambos os estados no mapa, antes de prosseguir com a previsão. Ayres Rocha, do Acre, também aproveitou para reafirmar, também no momento da previsão do tempo, em tom satírico que o Acre existe e é um estado brasileiro. Larissa Pereira, além de ter apresentado devidamente um sotaque paraibano, aproveitou o momento de encerramento do programa para dizer que naquela bancada ela não era apenas Larissa, mas era “paraíba” e tinha orgulho disso, como maneira de transformar uma expressão pejorativa, usada especialmente no Rio de Janeiro para discriminar nordestinos em geral, em um símbolo de orgulho. Todas essas falas buscam romper com fortes estigmas atribuídos aos estados e, sendo o JN um veículo de abrangência nacional que, inclusive, contribui para a existência desses estigmas, ter momentos como esses que desmistificam falácias e ensinam algo sobre os estados e suas identidades é algo muito significativo.

Já no campo dos desdobramentos, em 2020, Aline Aguiar da Globo Minas, Jéssica Senra da TV Bahia e Márcio Bonfim da Globo Nordeste, passam a fazer parte da escala fixa de plantão do Jornal Nacional nos fins de semana, em revezamento com Maju Coutinho, Cesar Tralli, Giuliana Morrone, Rodrigo Bocardí e outros jornalistas que costumavam apresentar o programa aos sábados. Tendo em vista que o Especial de 50 anos trouxe pela primeira vez alguns jornalistas de outros estados do Brasil que não os do Sudeste, a inclusão desses jornalistas na escala regular do programa foi algo também inédito e significativo, rompendo também com esse paradigma do programa que se manteve por tantos anos.

Além disso, como mencionado anteriormente, Márcio Bonfim assumiu a vaga de Dony De Nuccio no Jornal Nacional, após a saída do jornalista. Ele também foi substituído de Tadeu Schmidt no Fantástico nos feriados e férias do apresentador. É importante perceber, porém, que essas decisões também partem de um objetivo, como já dito, de fortalecer a marca da Rede Globo regionalmente, sendo também uma forma de manter os públicos de outros eixos que não o do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, integrando todo o Brasil.

Considerações finais

É importante frisar que o Brasil é um país diverso e plural, formado por um conjunto múltiplo de identidades. Portanto, o discurso de nação homogênea que denomina a ideia de brasilidade, baseada na hegemonia da região Sudeste, seria, então, uma ideia ultrapassada que se opõe ao sentimento atual de deslocamento, trabalhado por Hall (2003). Apoiados em Coutinho e Musse (2010), a ideia de “brasilidade” é, enfim, uma criação de uma elite política, econômica e midiática que objetiva a criação de vínculos, visando explicitamente uma certa ordenação do espaço público. Nesse sentido, os telejornais são utilizados como ferramenta principal de construção simbólica, sendo resultados de estratégias políticas e empresariais, segundo as autoras, oferecendo uma “via de acesso ao imaginário” que possibilita a transmissão de uma determinada concepção de cultura e identidade nacional. No entanto, parte das identidades e culturas do Brasil, como foi possível observar, ainda enfrenta uma série de obstáculos para se expressarem, mantendo-se de fora da concepção de uma identidade brasileira unificada, que, por si só, já é uma ideia excludente.

Desse modo, há um domínio de um eixo sudestino na representação do país, assim como ele também acaba tendo controle das narrativas que são feitas sobre todas as regiões brasileiras, o que incorre em reforço de estereótipos, problemas de representatividade, dificulta a inclusão da diversidade e alimenta, na esfera social, preconceitos como o preconceito linguístico e os preconceitos regional e de classe, que o acompanham.

As redes sociais, como o Twitter, emergem como ferramentas da contemporaneidade que nos permitem visualizar, em certa escala, debates sobre as narrativas e outros atravessamentos no que tange à ideia de nação brasileira unificada transmitida pelos telejornais, assim como se tornaram uma maneira ferramenta promissora para a observação do encontro entre os modos de endereçamento e a recepção dos públicos dos mais variados produtos midiáticos, moldando também a forma de consumi-los e trazendo um maior senso crítico nesse consumo pelo fluxo intenso de discussões que ocorrem nessa esfera.

Por meio da análise do objeto deste estudo, o Especial de 50 anos do Jornal Nacional, dividida em 4 categorias no capítulo 4, foi possível entender que as práticas padronizadoras que compõem o padrão de produção da Rede Globo ainda fazem parte da rotina de produção da emissora, em prol da construção de uma identidade nacional unificada na qual os sotaques que divergem do eixo hegemônico não têm lugar. Mesmo em uma proposta na qual há a promessa de trazer os sotaques para o telejornal, a emissora opta por manter, quase que em sua totalidade,

os seus modos de endereçamento, o que nos permite perceber que, para o produto Jornal Nacional, a construção da ideia de nação ainda é uma prioridade e que esse produto segue com fortes limitações em relação a mobilizações em relação à inclusão da diversidade e ao reconhecimento da pluralidade do país.

Desse modo, os estereótipos e problemas de representatividade persistem na programação desse produto, o que nos leva a perceber que mesmo que alguns paradigmas tenham sido quebrados, como os desdobramentos desse Especial, enquanto houver um objetivo de manter uma ideia de nação, ainda haverá exclusão, apagamentos e preconceitos. Assim, a programação especial de 50 anos do Jornal Nacional contribui para desestabilizar o que se impõe como regra de uniformizar a fala de repórteres em produtos jornalísticos, ao trazer à tona uma nova possibilidade para o telejornalismo brasileiro, gerando discussões em toda a esfera social que servem como ponto de partida para que seja possível que a diversidade passe a integrar as bancadas de forma permanente, apesar de evidenciar que ainda há muito a ser feito para isso.

Com a observação da forma como os sotaques foram levados para a bancada, de maneira simplificada e sem um cuidado em relação a escolha dos jornalistas que selecionados para essas representações, concluímos que os sotaques ainda estão longe de compor os espaços de narrações que compõem a comunidade imaginada brasileira, sendo esse imaginário ainda alimentado por estereótipos que estigmatizam negativamente as regiões que fogem do padrão e provocam estranhamentos e uma postura de afastamento em relação às regiões e os falantes. Isso impede que o ciclo vicioso do preconceito linguístico, mencionado por Bagno (2007) seja quebrado e faz com que o Jornal Nacional ainda funcione como um dos comandos paragramaticais desse preconceito que impede a descentralização das narrativas homogêneas, fechando portas para a diversidade.

Sendo assim, ao demonstrar contradições que distanciam a proposta da execução, o que gerou uma série de questionamentos e descontentamentos nas redes sociais, principalmente no Twitter, o Especial reforça o seu estilo conservador e a busca por ainda manter uma ideia de identidade nacional homogênea e unificada, mantendo em vigor a ideia da nação brasileira que também provém de ideais conservadores, herdados da ditadura. O preconceito linguístico e o padrão imposto acabam, nessa lógica, sendo ferramentas que mantêm a ideia de nação estabilizada. No entanto, mesmo com todos os pontos que distanciam o telejornal dessa desestabilização da cultura padronizadora, os desdobramentos do Especial aqui evidenciados trazem a possibilidade e a esperança para que maiores mobilizações sejam realizadas futuramente, gerando representatividade, rompimento de estigmas limitadores e dos próprios

paradigmas da emissora e do produto que possui um alcance que seria muito promissor em movimentos de desestabilização dos comandos paragramaticais do preconceito linguístico.

Referências

- ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro; EVANGELISTA, Amanda Falcão. **Assim Fala a Notícia: Sotaques e Regionalismos no Telejornalismo Paraibano**. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Jornalismo, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1424-2.pdf>. Acesso em: 11/08/2023.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **As vogais pretônicas no falar nordestino: os dados do ALiB**. Portal ALiB, 2015. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/maria_do_socorro_silva_de_aragao_pegar_pdf.pdf. Acesso em: 10/08/2023.
- ARREBOLA, Talita. SOUZA, Florentina. **A dramaturgia no Jornal Nacional: Um estudo dos elementos dramáticos na reportagem**. Trabalho apresentado no XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Programa de Graduação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Curitiba, PR, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1195-1.pdf>. Acesso em: 13/08/2023.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Ed.70, 2005.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49º Ed., São Paulo, Editora Loyola, 2007.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de telejornalismo: Os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002
- BATISTA, Nathalia Alves Rocha. **Estudo sobre identificação automática de sotaque regionais brasileiros baseada em modelagens estatísticas e técnicas de aprendizagem de máquina**. (Dissertação) - Mestrado em Engenharia Elétrica, na área de telecomunicações e telemática, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG: 1998
- BORBA, Francisco da Silva. **Pequeno vocabulário de linguística moderna**. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Nacional, 1976.
- BORGES, Luan. TELLES, Adriana. A Performance do “Sotaque Pernambucano” no Especial de 50 anos do Jornal. Trabalho apresentado na IJ01 – **Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**. Programa de Graduação do Centro Universitário Social da Bahia - UNISBA, Salvador, BA, 2021.
- BOURDIEU, P. (1982). **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp: 1996. Bres, J. (1999). "L'entretien et ses techniques". L'enquête socio/inguistique. L-J. Calvet, L-J. et Dumont, P. Paris: L'Harmattan.
- CÉSAR, Cyro. **Como Falar no rádio: - prática de locução AM e FM**. São Paulo: IBRASA, 1990.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000

CHRYSTUS, Mirian. **À sombra de Heródoto: a linhagem narrativa das matérias edificantes do Jornal Nacional**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1999

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV**. Tese de doutorado (Umesp). São Bernardo do Campo, SP, 2003.

COUTINHO, Iluska; MUSSE, Christina. Telejornalismo, narrativa e identidade: A construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. **Revista ALTERJOR**, v.1, ed.1, São Paulo: jan. - dez. 2010.

CRYSTAL, David (1988). **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro, Zahar Edição em português. 1ª Ed, 1985.

DACOREGIO, Cintia de Souza. **As práticas e técnicas de suavização de sotaque no português brasileiro como tentativa de homogeneizar o uso da língua**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, 2021.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FRANCO, Amanda Pinto. O sotaque no telejornalismo: padrão ou preconceito? Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Universidade do Estado da Bahia, Programa de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo em Múltiplos Meios, 2013.

FERRARETTO, L. A. **Rádio - Teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014. v. 1. p. 86.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**, Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Itania Maria Mota. **Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 28, 2005, Rio de Janeiro. Congresso... Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-03.pdf>. Acesso em 25/06/2023.

GUIDOLIN, Juliana. **Programa regional e ecologia: A pesca esportiva no programa televisivo "Terra da Gente"**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 8ª Ed., Rio de Janeiro, DP&A editora, 2003.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood, MCINTOSH, Angus e STREVENS, Peter. **As ciências linguísticas e o ensino de línguas**. Petrópolis: 1974.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

KANGAS, Tove Skutnabb. Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 05, n. 02, p. 25-39, 2019.

KRUG, Marcelo Jacó. **Identidade e comportamento linguístico da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LABOV, Wiliam. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LANGACKER, Ronald; AZEVEDO, Gilda Maria Correa, trad. **A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos linguísticos fundamentais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez, 2001.

MEMÓRIA GLOBO. História. In: **Jornal Nacional**. Globo.com, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em 24/03/2023.

MEMÓRIA O GLOBO. Apoio ao golpe de 64 foi um erro. In: **Erros e acusações falsas**. Globo.com, 2013. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em 09/08/2023.

MENDES, Conrado Moreira. **O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica**. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, Belo Horizonte, 2006.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019

NETO, Roberto M. **A nação como “comunidade imaginada” nas Relações Internacionais: O caso das narrativas sobre o papel dos Estados Unidos diante da Revolução da Nicarágua e da Guerra Civil em El Salvador nos anos 1980**. revista tempo do mundo, v.3, n.1, p. 283-305, jan. 2017.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. 1. ed. São Paulo: Olho D’Água, 1996. 210p.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **Variedades do Português no Mundo e no Brasil**. Cienc. Cult. vol.57: São Paulo, 2005.

POMPEU, Sérgio. Uma instituição nacional. **Revista Retrato do Brasil**. São Paulo, n. 34, 1986.

PRADO, Magaly. **Produção de Rádio**: um manual prático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. In: BUCCI, Eugênio. **A TV aos 50**: criticando a Televisão Brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2001. p. 13-24.

RAMOS, Jânia Martins. Avaliação de Dialetos Brasileiros: O Sotaque. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, p. 103-125, 1997.

RENAN, Ernest; MELLO, Renato (trad.) O que é uma nação?. In MELLO, Renato. A nação de Renan. Calígrama – Revista de estudos românicos. Vol. 4, Belo Horizonte, 1999

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornal Nacional**: a notícia faz história/Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

ROCHA, Simone M. **Entre a ideologia, a hegemonia e a resistência**: Os modos de endereçamento como um diálogo entre a produção e a audiência de produtos televisivos. revista Fronteiras - estudos midiáticos, vol. 13, nº 3, p. 174-184, setembro/dezembro de 2011.

ROLDÃO, Ivete C. **O jornalista que vai atuar na televisão**: um estudo de sua formação em três faculdades do interior de São Paulo. Campinas: [s.n.], 1997. 128 f. anexos. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ROMAINE, S. **Language in society**: an introduction to sociolinguistics. New York: Oxford University Press, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Presença, 1986, 5 ed.

SMITH, A. D. **Myths and memories of the nation**. New York: Oxford University Press, 1999.